



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

TERMO DE REFERÊNCIA
LEI DAS ESTATAIS – FORMA ELETRÔNICA

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO

**ADAPTAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA ADUTOR DE
MARCOLÂNDIA-PI E DISTRITO DE SERRÂNIA (ARARIPINA-PE).**

outubro/2024



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

ÍNDICE

1	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES. 6	
4	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO	6
5	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	7
6	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	16
7	VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS	16
8	PROPOSTA FINANCEIRA	17
9	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	18
10	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20
11	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	21
12	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	22
13	REAJUSTAMENTO	23
14	ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO	23
15	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	25
16	APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS	26
17	MULTAS	29
18	GARANTIA DE EXECUÇÃO	30
19	FISCALIZAÇÃO	31
20	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	33
21	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	34
22	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	34
23	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	35
24	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	37
25	MATRIZ DE RISCOS	38
26	CONDIÇÕES GERAIS	38
27	ANEXOS	39



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 O objetivo deste Termo de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais principais e o fornecimento de todas as informações que permitam a elaboração de edital, apresentação de propostas e, posteriormente, a celebração de contrato para ADAPTAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA ADUTOR DE MARCOLÂNDIA-PI E DISTRITO DE SERRÂNIA (ARARIPINA-PE).
- 1.2 Código SIASG – CATSER: Item 20060 – Serviço: Elaboração / análise projeto - Engenharia
- 1.3 **Forma de Realização:** Lei das Estatais – Forma Eletrônica.

2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ANTEPROJETO DE ENGENHARIA (AP) - peça técnica com todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto executivo, devendo conter minimamente os seguintes elementos:

- a) Demonstração e justificativa do programa de necessidades, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- b) Condições de solidez, segurança e durabilidade e prazo de entrega;
- c) Estética do projeto arquitetônico;
- d) Parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade;
- e) Concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- f) Projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA - AD – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

BIM: Building Information Modeling (Modelagem da Informação da Construção) – é a metodologia de desenvolvimento de uma construção virtual que pode incluir todos os aspectos reais de projeto, construção, manutenção e pode ser mantida durante todo o ciclo de vida de uma obra de engenharia.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

CONTRATANTE: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, doravante denominada Codevasf;

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DIAGNÓSTICO E ESTUDO DE ALTERNATIVAS – Documento destinado a demonstrar a viabilidade do projeto em termos técnicos, econômicos, ambientais e sociais.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação da obra, regime de execução da obra, fiscalização, recebimento da obra, modificações de projeto, classificação dos serviços (item c). Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados na obra em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

ESTUDOS AMBIENTAIS – são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/RIMA): estudos e caracterização de impactos ambientais, suas avaliações e a formulação dos consequentes programas de mitigação e/ou potencialização exigidos pela legislação ambiental brasileira.

FISCALIZAÇÃO – Empregado(a) ou equipe de empregados(as) da Codevasf indicados(as) para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

MATRIZ DE RISCOS – cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- b) estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

NOTA DE EMPENHO: documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa;

ORDEN DE SERVIÇO - documento formal emitido pela Codevasf com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do CONTRATO) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.

PLANO DE EXECUÇÃO EM BIM: PEB – Plano de Execução BIM. – é o detalhamento da estrutura de trabalho e estratégias que conduzirá o projeto em todas suas fases. Este documento deverá fazer parte do Plano de Trabalho e obedecer a um conteúdo mínimo estipulado pela contratada.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

PROJETO BÁSICO (PB) – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do empreendimento e identificar seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de implantação do empreendimento a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à implantação do empreendimento, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o mesmo;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a implantação do empreendimento;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da implantação do empreendimento, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;

PROJETO EXECUTIVO – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

PROPOSTA TÉCNICA – Documento fundamentado no detalhamento estabelecido neste Termo de Referência, subsidiado por justificativas metodológicas, bem como pelos recursos humanos e materiais, definidos e quantificados a critério do concorrente licitante, segundo os quais ele se propõe a executar os serviços.

RELATÓRIO DE ANDAMENTO – Documento a ser emitido pela CONTRATADA, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.

RELATÓRIO ESPECÍFICO – Documento a ser emitido pela CONTRATADA com análises, pareceres, descrições, soluções, cálculos ou quaisquer outros conteúdos necessários à explanação de temas específicos ou pontuais relacionados ao desenvolvimento dos trabalhos.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e contratados, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “*start up*” da execução dos serviços.

SERVIÇOS SIMILARES OU CORRELATOS – Projetos elaborados anteriormente com o mesmo grau de dificuldade e controle dos propostos neste Termo de Referência.

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Teresina/PI, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência:

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Superintendência Regional da CODEVASF localizada no município de Teresina/PI no seguinte endereço:
Av. Maranhão, 1022, Centro
CEP: 64000-010 – Teresina/PI
Fone: (86) 3215-0120
E-mail: 7sr-pi@codevasf.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

3 FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES.

3.1 **Forma de Realização:** Lei das Estatais – Forma Eletrônica

3.2 **Modo de disputa:** Aberto.

3.3 **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

3.4 **Divulgação do Valor estimado:** Público.

3.5 **Critério de Julgamento:** Menor Preço

3.6 **Intervalo mínimo entre lances:** 0,50% (meio por cento) do valor do item, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta

4 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

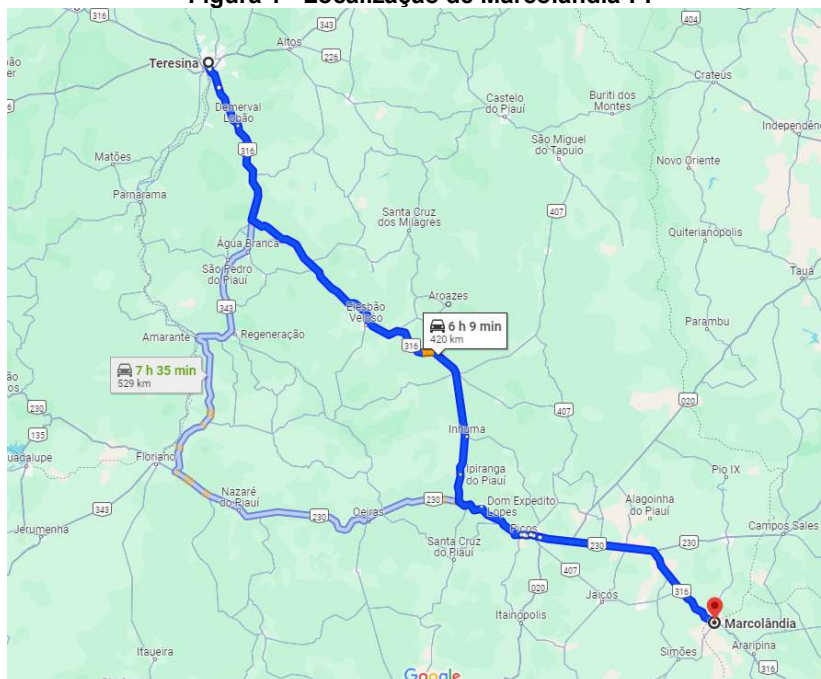
4.1 Os serviços serão executados no município de Marcolândia, distante aproximadamente 420,00 km do município de Teresina/PI, capital do Estado do Piauí, na área sob jurisdição da 7ª Superintendência Regional da Codevasf:

Município: Marcolândia.
Localizado a 420,00 km do município de Teresina/PI.
Acesso: BR-316 (Teresina / PI)
Coordenadas Geográficas: 7°26'43.1"S 40°39'47.0"W



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Figura 1 - Localização de Marcolândia-PI



5 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deste Termo de Referência compreendem a Adaptação do Projeto Executivo do Sistema Adutor de Marcolândia-PI e distrito de Serrânia (Arapirina-PE), com o objetivo de garantir suporte hídrico para as respectivas localidades.

5.1 A elaboração dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser em conformidade à legislação vigente e, em especial, a:

- Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e respectivas alterações;
- Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e respectivas alterações;
- Regulamentações de orçamento da Codevasf, definidos pela tabela divulgada pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI;
- Normas NR-10, NR-18 e NR-35, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Normas Técnicas da Codevasf para apresentação de desenhos em CAD;
- Normas técnicas existentes na Codevasf para elaboração de projeto básico de engenharia e executivo, projetos estruturais, projetos elétricos, projetos hidráulicos, estudos hidrológicos, topográficos, sondagens e orçamentos;
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf;
- Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf;
- Portaria Nº 518/04 do Ministério da Saúde;
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- Código de Obras das respectivas Administrações Municipais.

5.2 Os serviços objetos deste Termo de Referência compreendem:

5.2.1 a adaptação do Projeto Executivo de engenharia já elaborado para o sistema adutor de Marcolândia-PI e distrito de Serrânia-PE, considerando a revisão de cálculos, revisão de estudos e memoriais, atualizações de projeções populacionais, refazimento de testes, reelaboração de orçamentos e adaptação de quaisquer peças técnicas às quais a contratada e a fiscalização



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

julgarem importantes para obtenção do melhor conjunto de elementos e informações a serem considerados na implantação do futuro sistema de abastecimento de ambas as localidades.

5.3 Deverão compreender no objeto deste Termo de Referência, os serviços e atividades listadas no Anexo III e Anexo VI, que, desde que aprovado pela Fiscalização, poderão ser modificadas em função de necessidades que venham a surgir durante o desenvolvimento dos serviços inerentes às etapas de execução, a saber:

- a) Etapa 1 – Diagnóstico e Estudo de Alternativas, para a área de intervenção abrangida pelo objeto deste Termo de Referência;
- b) Etapa 2 – Projeto Executivo de Engenharia, referente à alternativa selecionada na Etapa 1 para o objeto previsto neste Termo de Referência.

5.4 Etapa 1 – Diagnóstico e Estudo de Alternativas

5.4.1 Etapa na qual deverá ser descrita a situação atual do(s) município(s) e os possíveis sistemas e unidades pré-existentes, contemplando estudo de alternativas e seleção da melhor opção de viabilidade técnica, econômica e ambiental, considerando em especial, os seguintes aspectos:

5.4.2 Estudos Preliminares

5.4.2.1 Os estudos preliminares devem abordar os aspectos geográficos, sociais, econômicos, demográficos, ambientais, políticos (legal e institucional), a caracterização física, operacional, administrativa e financeira, bem como outros aspectos identificados no diagnóstico, abordando, no mínimo:

- a) Dados e características gerais da localidade da intervenção, como: localização no estado, aspectos históricos, administrativos, políticos e demais aspectos relevantes;
- b) Estudos geográficos: aspectos climáticos, morfológicos, relevo, hidrografia, pluviometria, etc;
- c) Aspectos sociais: renda, IDH, educação, saúde, saneamento básico, acesso à água, perfil populacional, etc;
- d) Aspectos econômicos: atividades econômicas relevantes, serviços públicos disponíveis, índices econômicos, etc;
- e) Avaliação ambiental preliminar: identificação de meios bióticos, recursos naturais, passivos ambientais, restrições, impactos potenciais, legislação aplicável, etc;

5.4.3 Estudos de Diagnóstico

5.4.3.1 Os estudos de diagnóstico abrangem os estudos sobre a as condições atuais da localidade para receber o empreendimento, considerando sistemas preexistentes, pontos facilitadores, potenciais conflitos, etc. Deverá conter, dentre outros:

- a) Estudo de reconhecimento do sistema de esgotamento sanitário, de drenagem de águas pluviais existentes e de coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos;
- b) Estudo de reconhecimento e análise crítica do sistema de abastecimento de água existente, com vistas ao seu aproveitamento no novo sistema, total ou parcialmente;
- c) Estudo de reconhecimento e diagnóstico dos possíveis mananciais de captação de água;
- d) Identificação de acessos, redes elétricas, jazidas, pedreiras, britadores e quaisquer elementos facilitadores para a execução da futura obra;
- e) Identificação de possíveis áreas de implantação de reservatórios, ETA, estações elevatórias e demais estruturas;
- f) Avaliação detalhada e emissão de parecer sobre o estado físico e as condições de funcionamento de estruturas e unidades existentes, estejam elas em operação (uso) ou



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

integrando partes das obras paralisadas, suspensas ou necessitando de ampliação, após terem sido iniciadas pelas prefeituras municipais, por meio de convênio firmado com a Codevasf, ou pela própria CODEVASF. Caso seja identificada a existência de avarias nas unidades existentes, informar a necessidade de intervenção e apresentar solução específica com projeto e especificação de serviços e materiais a serem utilizados; ou comunicar se haverá necessidade de contratação de serviços especializados (tecnologia de materiais);

- g) Relatório fotográfico com imagens georreferenciadas;
- h) Representação gráfica das localizações das estruturas preexistentes;

5.4.4 Estudos Populacionais e de Demanda Hídrica

5.4.4.1 Os estudos populacionais e de demanda hídrica devem apresentar a variação demográfica da localidade ao longo do tempo e previsão de crescimento para o horizonte de projeto e a consequente demanda hídrica do sistema a ser implantado.

5.4.4.2 Devem ser apresentadas pelo menos três metodologias projeção populacional, que devem considerar a distribuição urbana e rural de cada município atendido;

5.4.4.3 Os parâmetros básicos a serem adotados devem ser definidos e justificados com base em dados disponibilizados pelas concessionárias responsáveis pela operação do sistema de água e esgoto, dados de censos demográficos ou produções técnico-científicas. Caso haja impedimentos para definição desses parâmetros ou estes se apresentarem inconsistentes, recomenda-se a adoção dos seguintes:

- Índice de atendimento populacional (P): 100% da população;
- População Inicial (P_i) = população atual;
- Alcance de projeto: projeção populacional para horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado para etapas de 10 anos;
- Início da 1ª etapa: deverá coincidir com o ano previsto para início de operação do sistema, devendo ser levado em consideração os períodos de elaboração do projeto e de licitação e execução da obra;
- Taxa de crescimento anual: 2% ao ano;
- Consumo Per capita: 120 L/dia/habitante;
- Taxa de retorno (água/esgoto): 80%;
- Coeficiente do dia de maior consumo (k_1) = 1,2;
- Coeficiente da hora de maior consumo (k_2) = 1,5.

5.4.5 Relatório Final do Diagnóstico e Estudo de Alternativas

5.4.5.1 O relatório final da Etapa 01 deverá conter todos os trabalhos desenvolvidos nesta fase, conforme este Termo de Referência. Todos os relatórios entregues deverão ser agrupados em documento único, de acordo com as especificações constantes no item 16 deste TR.

5.4.5.2 O relatório final da Etapa 01 deverá conter parecer técnico com análise crítica a respeito do Projeto Executivo existente, incluindo explanação clara a respeito de eventuais modificações a serem consideradas no projeto revisado.

5.5 Etapa 2 – Projeto Executivo de Engenharia

5.5.1 Compreende a execução de serviços de escritório necessários para detalhar a alternativa escolhida na Etapa 1 (Item 5.4), permitindo a implantação das obras do sistema de abastecimento em conformidade com o estabelecido na concepção definitiva das obras e, posteriormente, a preparação de documentação para a licitação das obras de engenharia e aquisição de materiais e equipamentos especificados.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

5.5.2 Durante o planejamento e o desenvolvimento do projeto deverão ser identificados e analisados os aspectos técnicos, ambientais, econômicos e sociais; e, após avaliação destas condições, deverão ser apresentados para análise por meio de relatórios:

- a) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas;
- b) Descrição dos serviços a executar, dos materiais a incorporar à obra e dos equipamentos necessários, bem como suas respectivas especificações, de modo a assegurar resultados eficientes e eficazes para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo da execução;
- c) Informações necessárias à perfeita gestão da obra, possibilitando: utilização de métodos construtivos; execução de instalações provisórias e definitivas; adoção de procedimentos organizacionais, programação e estratégia de suprimento; aplicação das normas de fiscalização e das normas de inspeção dos bens e equipamentos a serem aplicados;
- d) Orçamento detalhado contendo os valores unitários, além do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços, materiais e equipamentos a serem utilizados no empreendimento, inclusive serviços especializados ou decorrentes de exigência ambiental;
- e) Relação das condicionantes e restrições ambientais para implantação da alternativa selecionada, inclusive determinação e detalhamento da solução do projeto;
- f) Caracterização de jazidas e locais para descarte de bota fora, por localidade, bem como a obtenção de licença de liberação de exploração destas junto ao órgão competente.

5.5.3 O dimensionamento do sistema deverá ser realizado de forma a assegurar a qualidade do projeto, inclusive no que tange a identificação de todos os elementos constitutivos, com detalhamento em nível executivo, que gere uma planilha de custos da obra mais precisa possível, facilitando a sua execução. Com este objetivo, devem ser produzidos de forma elucidativa, para o sistema de abastecimento, os seguintes documentos:

- a) Estudos de Concepção do sistema proposto;
- b) Anteprojeto de Engenharia: desenvolvimento da alternativa selecionada no estudo de alternativas, juntamente com a Ficha Técnica do SAA – Sistema de Abastecimento de Água;
- c) Projetos técnicos executivos, com desenhos e detalhamentos, das disciplinas inerentes ao do sistema, conforme o caso (captação, estações elevatórias, dispositivos de proteção, linha adutora, ETA, reservatórios e distribuição, conforme o caso) e demais obras complementares (acessos, travessias, sistemas elétricos, instalações provisórias, etc.), com a apresentação de:
 - Planta de *lay-out* do sistema com definição e identificação dos componentes existentes e projetados, apresentando tabelas e legendas que contenham as principais características de cada uma delas;
 - Projetos arquitetônicos;
 - Projetos hidromecânicos;
 - Projetos estruturais;
 - Projetos de instalações hidrossanitárias;
 - Projetos de instalações elétricas;
 - Projetos de automação;
 - Projeto de desapropriação;
 - Projetos complementares;
- d) Memoriais de Cálculo de Dimensionamentos;
- e) Memorial Descritivo e Especificações Técnicas dos componentes constituintes do projeto;
- f) Orçamento para implantação do empreendimento;
- g) Plantas e detalhamentos típicos de localização, vias de acesso, topografia, canteiro de obras, caminho de acesso, estradas de serviço, escavações (cortes, aterros, empréstimos);



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- h) Manual de pré-operação, operação e manutenção dos sistemas e equipamentos a serem implantados;
 - i) Estudos Ambientais:
 - j) Relatório Final do Projeto Executivo de Engenharia em sua versão preliminar, definitiva e sintética;
- 5.5.4 A concepção geral das estruturas, obras civis e outros deverá estar fundamentada no princípio da simplicidade e da operacionalidade.
- 5.5.5 As definições devem ser baseadas em comparações de alternativas, maximizando o uso das condições naturais locais, bem como das disponibilidades de materiais de construção e da preservação ambiental.
- 5.5.6 Estudos de Concepção
- 5.5.6.1 Deverão descrever todas as etapas do sistema proposto, por item integrante deste Termo de Referência, com o detalhamento das unidades projetadas (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), tudo em conformidade com as técnicas adotadas pela instituição estadual ou municipal responsável pelo sistema público de abastecimento de água tratada e coleta de esgoto.
- 5.5.7 Projetos técnicos:
- 5.5.7.1 Deverão ser executados por profissionais habilitados mediante apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso.
- 5.5.7.2 Os desenhos deverão ser apresentados em escalas apropriadas e devidamente identificados, na quantidade necessária, de acordo com o tamanho da edificação e/ou sistema, para a perfeita compreensão e execução da obra e elaborados em meio digital de acordo com o conjunto de normas e especificações da CODEVASF;
- 5.5.7.3 A CONTRATADA, no desenvolvimento dos projetos técnicos, deve prezar pela compatibilização entre todas as disciplinas de modo a diminuir os riscos de interferências, imprevistos e retrabalhos durante a fase da obra.
- 5.5.8 Projetos Técnicos: hidromecânicos
- 5.5.8.1 Devem ser detalhados todos dispositivos hidromecânicos referentes às etapas consideradas no sistema: captação, tratamento, adução, elevação, reservação e distribuição.
- 5.5.8.2 Devem ser especificados e representados graficamente todos os conjuntos moto-bombas, tubulações, válvulas, conexões, dispositivos de proteção, dispositivos elétricos, estruturas de tratamento, dispositivos de contenção, dispositivos de manobra, elementos de segurança e operação e quaisquer outros equipamentos imprescindíveis à operação do sistema escolhido.
- 5.5.8.3 Devem ser apresentadas pranchas técnicas com desenhos, esquemas, gráficos, tabelas e quais quer informações importantes para elucidar as informações do sistema escolhido.
- 5.5.8.4 Para projetos de redes de distribuição, é imprescindível a representação de diâmetros de tubulações, identificação e extensão de trechos, cotas, locação nas vias, dispositivos de manutenção, plantas-chave e outros elementos que se fizerem necessários.
- 5.5.8.5 Os projetos hidromecânicos devem obedecer às normas da empresa pública estadual (ou concessionária) responsável pelo abastecimento com água tratada e/ou esgotamento sanitário, além de todas as normas da ABNT pertinentes.
- 5.5.9 Projetos Técnicos: complementares



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 5.5.9.1 Consistem em projetos técnicos que complementarão os projetos técnicos mencionados anteriormente, a saber:
- Projeto de canteiro de obras e estruturas provisórias
 - Projeto de combate a incêndio e pânico
 - Projeto de desapropriação
 - Projeto de urbanização e acessos
 - Projeto de recomposição de pavimento
 - Projeto de segurança viária
 - Outros projetos que se fizerem necessários
- 5.5.9.2 Conforme necessidade, para melhor adequação das estruturas hidromecânicas revisadas em projeto e da solução como um todo, caso sejam necessários projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações prediais, estes também se incluirão no item “5.5.9 Projetos Técnicos: complementares”.
- 5.5.9.3 Caso seja requisito para aprovação do empreendimento em órgãos e entidades licenciadoras, outros projetos complementares poderão ser solicitados pelo fiscal à contratada.
- 5.5.10 Memoriais de cálculo
- 5.5.10.1 Os memoriais de cálculo abrangerão as metodologias de dimensionamento, cálculos, considerações e resultados adotados para escolha de equipamentos, vazões, diâmetros, potências e outros parâmetros dos sistemas a serem implantados, quais sejam:
- Sistema de captação
 - Etapas de tratamento de água
 - Sistema de adução
 - Elevatórias e bombas
 - Sistemas de proteção
 - Reservação
 - Sistema de distribuição
- 5.5.10.2 Poderá a fiscalização do contrato solicitar apresentação de cálculos também para outras disciplinas não mencionadas em 5.5.10.1, porém constantes nos projetos técnicos contratados.
- 5.5.11 Memorial Descritivo e Especificações Técnicas
- 5.5.11.1 Os memoriais descritivos e especificações técnicas dizem respeito a todas as etapas e disciplinas projetadas para o sistema de abastecimento proposto e devem descrever cada uma delas, incluindo, dentre outras informações importantes:
- Métodos de execução e descrição de sistemas construtivos
 - Materiais a serem empregados, suas especificações, tipos, qualidades e padrões exigidos
 - Requisitos de organização de canteiro de obras e armazenamentos de materiais
 - Equipamentos a serem adquiridos, suas especificações,
 - Controle de qualidade e testes a serem aplicados
 - Normativos técnicos aplicáveis
 - Normas de segurança do trabalho aplicáveis



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

5.5.12 Orçamentos

5.5.12.1 Os quantitativos e orçamentos dos projetos deverão ser desenvolvidos individualmente para cada localidade objeto deste Termo de Referência, e deverá estar em conformidade com os procedimentos para elaboração de planilha da CODEVASF, com utilização de software específico, a critério desta, assegurada a disponibilização deste por parte da contratante, separados por unidades projetadas.

5.5.12.2 Deverão ser apresentadas as seguintes peças, no mínimo:

- Planilhas orçamentárias sintéticas e resumo
- Planilhas para contratação com encargos sociais onerados e desonerados
- Planilhas orçamentárias com separação entre serviços e materiais
- Composição de Encargos Sociais
- Composição das taxas de BDI adotadas, incluindo taxa BDI para mero fornecimento de material
- Cronogramas físicos-financeiros
- Composições de custos unitários
- Memorial de cálculo de quantitativos
- Cotações com fornecedores

5.5.12.3 A elaboração das planilhas orçamentárias deve adotar as seguintes considerações:

- a) Os quantitativos deverão ser fiéis aos serviços e insumos propostos no projeto concebido, definidos por unidade integrante dos sistemas e com base em memoriais de cálculos devidamente justificados e apresentados de forma clara e inquestionável;
- b) Os orçamentos deverão conter as composições de custo, e a confecção de um anexo apresentando a relação de fornecedores consultados, com referência de nome, endereço, indicação do preço e data de consulta, inclusive contendo a regulamentação dos serviços;
- c) Para os insumos de maior representatividade financeira, deverá ser apresentada cópia de documento comprobatório de coleta de preços acompanhados das composições de custo e das especificações para aquisição de tais insumos, principalmente em relação conjuntos moto-bombas, componentes elétricos, equipamentos especiais e outros itens específicos;
- d) Para os custos unitários, deverão ser utilizadas, prioritariamente, as referências oficiais (SINAPI/SICRO);
- e) Na realização de pesquisa de preços não constantes em referências oficiais, deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, DE 7 de julho de 2021 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF.
- f) As planilhas orçamentárias devem estar de acordo com acórdãos, recomendações e normativos estabelecidos pelos órgãos de controle interno e externo.
- g) Deverão ser apresentados e justificados índices setoriais de reajustamento de preços conforme o caso.

5.5.13 Estudos ambientais

5.5.13.1 Todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais do futuro empreendimento, que servirão como subsídio para o procedimento de licenciamento ambiental requerido, conforme instruções do Anexo IV - Especificações Técnicas. Contemplarão, dentre outros:

- a. diagnóstico ambiental;
- b. relatório ambiental preliminar;
- c. relatório ambiental;
- d. plano e projeto de controle ambiental;



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- e. plano de manejo;
- f. plano de recuperação de área degradada;
- g. plano de gestão de resíduos sólidos;
- h. análise preliminar de risco;
- i. elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);
- j. Preenchimento de toda a documentação necessária ao processo de obtenção de licenciamento ambiental em todos os níveis da administração pública, incluindo documentos digitais exigidos por tais órgãos;

5.5.13.2 Ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento de documentos digitais exigíveis para efeito de licenciamento ambiental, incluindo documentos georreferenciados (.shp, .shx, .prj, .dbf, kmz, kml, etc).

5.5.13.3 Caso a solução adotada, a depender do seu grau de complexidade, de legislação aplicável ou a quaisquer fatores que dispensem o procedimento de licenciamento ambiental e, conseqüentemente, não demande a realização de estudos ambientais, tal serviço não será realizado e não poderá ser pago.

5.5.14 Relatório final do projeto executivo de engenharia

5.5.14.1 O relatório final da Etapa 02 deverá conter todos os trabalhos desenvolvidos nesta fase, conforme este Termo de Referência. Todos os relatórios entregues deverão ser agrupados em documento único, de acordo com as especificações constantes no item 16 deste TR.

5.5.14.2 Os produtos entregues no contrato, referentes a adaptações do projeto executivo, deverão ser compatibilizados e consolidados com as demais parcelas não alteradas do projeto existente, consistindo em um projeto único, a ser apresentado no relatório final.

5.6 Equipes de trabalho

5.6.1 As atividades serão executadas pela Coordenação Geral, Equipe de Supervisão composta por engenheiros especializados, Equipe de Projeto, Estudos Básicos e Ambiental composta por profissionais de nível superior, e com a participação de uma Equipe Complementar, composta por técnicos e administrativos de nível médio.

5.6.2 **Coordenação Geral** é composta por um Engenheiro na execução de serviços compatíveis com a parcela de maior relevância do objeto deste TR (vide item 9.1) OU Serviços Similares (vide alínea "c)" do item 9.1), com a(s) seguinte(s) formação(ões) ou especialização(ões) acadêmica(s) baseada(s) na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução CONFEA 473/2002:

- a) Coordenador Geral: Engenheiro Civil (Cód. 111-02-00) **ou** Engenheiro de Fortificação e Construção (Cód. 111-03-00) **ou** Engenheiro Hídrico (Cód. 111-12-00) **ou** Engenheiro Agrícola (Cód. 311-01-00).

5.6.3 **Equipe de Supervisão** é composta por Engenheiros na execução de serviços (na disciplina específica da supervisão) compatíveis com a parcela de maior relevância do objeto deste TR (vide item 9.1) OU Serviços Similares (vide alínea "c)" do item 9.1), com as seguintes formação(ões) **ou** especialização(ões) acadêmica(s) baseada(s) na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução CONFEA 473/2002:

- a) Supervisor Hidráulica: Engenheiro Hídrico (Cód. 111-12-00) **ou** Engenheiro Civil (Cód. 111-02-00) **ou** Engenheiro Sanitarista (Cód. 111-08-00) **ou** Engenheiro Agrícola (Cód. 311-01-00);
- b) Supervisor Civil: Engenheiro Civil (Cód. 111-02-00) **ou** Engenheiro de Fortificação e Construção (Cód. 111-03-00) **ou** Engenheiro de Operação – Construção Civil (Cód. 111-04-01) **ou** Engenheiro de Operação - Edificações (Cód. 111-04-03);



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- c) Supervisor Eletromecânica: Engenheiro Mecânico (Cód. 131-08-00) ou Engenheiro Mecânico Eletricista (Cód. 131-11-00) ou Engenheiro Eletricista (Cód. 121-08-00).

5.6.4 **Equipe de Projeto** é composta por Expertos (P - nível superior Lei 4.950-A/66) e Analistas (S - nível superior) na execução de serviços (em sua disciplina específica) compatível com a parcela de maior relevância do objeto deste TR (vide item 9.1) OU Serviços Similares (vide alínea "c") do item 9.1), nas diversas áreas de conhecimento, as quais destacam-se e deverão compor a Proposta Técnica (mas não se limitam):

- a) Engenheiro Civil
- b) Engenheiro Hídrico ou Sanitarista ou Agrícola ou Civil
- c) Engenheiro Geotécnico ou Geólogo
- d) Engenheiro Eletricista ou Automação
- e) Engenheiro Mecânico
- f) Engenheiro com aptidão em orçamentação
- g) Estes 6 profissionais são considerados membros chaves da Equipe de Projeto, e deverão compor a Proposta Técnica, porém outros profissionais de diferentes ou mesmas especialidades poderão compor a equipe.

5.6.5 **Equipe de Estudo Básico** é composta por Expertos (P - nível superior Lei 4.950-A/66) e Analistas (S - nível superior) na elaboração de Estudos Básicos (em sua disciplina específica) de projetos compatível com a parcela de maior relevância do objeto deste TR ((vide item 9.1) OU Serviços Similares (vide alínea "c") do item 9.1), nas diversas áreas de conhecimento, as quais destacam-se (mas não se limitam):

- a) Engenheiro Hídrico ou Sanitarista ou Agrícola ou Civil
- b) Engenheiro Agrimensor ou Cartografo ou Topografo
- c) Engenheiro Geotécnico ou Geólogo
- d) Engenheiro Agrônomo ou Agrícola
- e) Administrador ou Engenheiro de Produção
- f) Corretor ou Avaliador de Imóveis

5.6.6 **Equipe Ambiental** é composta por Expertos (P - nível superior Lei 4.950-A/66) e Analistas (S - nível superior) na elaboração de EIA/RIMA (em sua disciplina específica) de projetos compatível com a parcela de maior relevância do objeto deste TR ((vide item 9.1) OU Serviços Similares (vide alínea "c") do item 9.1), nas diversas áreas de conhecimento, as quais destacam-se (mas não se limitam):

- a) Engenheiro Ambiental ou Florestal
- b) Engenheiro Geotécnico ou Geólogo
- c) Arqueólogo
- d) Biólogo
- e) Geógrafo
- f) Sociólogo

5.6.7 **Equipe Complementar** é composta por Técnicos (T - tecnólogo ou nível médio) e administrativos (A - nível médio), nas diversas áreas acadêmicas, as quais destacam-se (mas não se limitam): Civil (Construção Civil, Edificações, Estradas), Agrimensura (Topografia, Geoprocessamento, Agrimensura), Agronomia, Eletromecânica, Desenho Técnico, Gestão Ambiental, Secretariado, Administração.

5.6.8 Durante a execução do CONTRATO os profissionais indicados podem ser substituídos por profissional com capacidade técnico-profissional equivalente ou superior à exigida neste TR, desde que aprovado previamente pela CODEVASF após análise de respectivos comprovantes.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 5.6.9 O escopo dos serviços e produtos foram dimensionados considerando uma carga mensal de trabalho dos insumos MO de 176 horas/mês.

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, nacionais, individuais ou consorciadas, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.

- 6.1.1 As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.2 CONSÓRCIO

- 6.2.1 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de consórcio.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO

- 6.3.1 Apenas será permitida a subcontratação, com anuência prévia da Codevasf, das atividades de campo, caso existam, como serviços de topografia e cartografia, ensaios e estudos geotécnicos, estudos hidrológicos, levantamentos batimétricos e atividades laboratoriais, até o limite de 30% (trinta por cento).

- 6.3.2 Não serão permitidas subcontratações de serviços de escritório, a saber: estudos preliminares, diagnóstico, estudos populacionais, relatórios e Projeto Executivo de Engenharia.

6.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 6.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7 VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

- 7.1 A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e para obterem, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

- 7.1.1 É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "*in loco*" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

- 7.1.2 A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração - Anexo II deste TR).

- 7.2 Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

- 7.3 Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços de engenharia, as licitantes deverão contatar a Gerência Regional de Infraestrutura da Codevasf, em Teresina, no estado do Piauí, no telefone (86) 3215-0130.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

8 PROPOSTA FINANCEIRA

8.1 A Proposta de preço, por item, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstos neste TR e seus anexos constitutivos.

8.2 A Proposta constitui-se dos seguintes documentos, que deve ser preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelos constantes no Anexo V, que são partes integrantes deste TR, observando-se os preços máximos globais orçados pela CODEVASF:

a) Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante nos formulários em anexo (PFP, PFP-2.1, PFP-2.2, PFP-2.3 PFP-3, CRO-1, CRO), que são partes integrantes deste TR, conforme cada item licitado, observando-se os preços máximos globais orçados pela CODEVASF.

a1) As Planilhas Orçamentárias constantes nos anexos deste TR consistem nos seguintes formulários, de acordo com cada item da licitação:

- PFP – PROPOSTA FINANCEIRA DO PROJETO;
- PFP-2.1 – DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Ka
- PFP-2.2 – DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Kb
- PFP-2.3 – DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Kc
- PFP-3 – DESPESAS FISCAIS E CUSTOS DIVERSOS: Kd
- CRO-1 – CRONOGRAMA POR ETAPA/PRODUTO
- CRO – CRONOGRAMA SIMPLIFICADO

a2) Planilha de Proposta Financeira do Projeto (PFP), incluindo os quantitativos, custos e preços (unitários e total) dos insumos, mão de obra, custos administrativos, remuneração da empresa e despesas fiscais;

a3) Junto à proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (documentos em planilhas eletrônicas), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar sua conferência.

a4) Os salários dos profissionais referidos nestes Termos de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº 4.950A/66 (caso dos engenheiros) ou aos pisos fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria profissional e em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência;

a5) Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço em um mesmo item, no entanto, poderão ser oferecidos preços diferentes em itens distintos

b) Detalhamento dos Encargos Sociais – Formulário PFP-2.1, PFP-2.2 e PFP-2.3 (ver Anexo III). O licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos sociais básicos definidos em legislação. Os grupos de encargos que recebem incidência e reincidência dos encargos básicos devem ser corretamente definidos.

c) Cronograma Físico-Financeiro dos itens principais da planilha de custos – Formulário CRO-1, observando os prazos estabelecidos para a execução dos serviços neste TR e os eventos de faturamento conforme Anexo VI.

8.3 A Proposta deve se basear no Anexo III e Anexo V e não pode apresentar:

- a) Preço global da proposta maior que a orçada pela CODEVASF;
- b) Custo unitário por insumo maior que a orçada pela CODEVASF;
- c) Modificação nos quantitativos;



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

d) Custos e preços unitários inexequíveis.

- 8.3.1 Serão considerados preços unitários inexequíveis aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e ou à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com a execução dos serviços objeto desta licitação, e que apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais empresas ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 8.4 Na proposta apresentada pela licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.
- 8.5 A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 8.6 Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser do município sede da empresa e deverá na proposta indicar o percentual e anexar cópia da Lei Orgânica municipal para verificação da comissão de julgamento.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.1.1 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), através de certidão, demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com os objetos deste Termo de Referência;
 - b) Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços (conforme Item 7 e Anexo II), informando que tem conhecimento do local onde serão executadas os serviços de engenharia, emitido pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
 - c) **Capacidade técnico-operacional:** Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, exclusivamente como contratada, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – do(s) profissional(is) responsável(is) à época, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, ou Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO), que comprove que a licitante tenha executado Projeto Básico ou Executivo de Implantação de Sistema de Abastecimento de Água, executadas com técnicas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, com os seguintes quantitativos mínimos, por item:



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Tabela 1 - Serviços de Maior Relevância Técnica

Serviços de Maior Relevância Técnica Requeridos para Capacidade Técnico-Operacional da Empresa				
Item	alínea	Serviços a serem comprovados	Valores mínimos a serem comprovados (quantitativos)	Quantidade Máxima de Atestados
01	a)	Elaboração de Projeto Básico ou Executivo de Implantação de Sistema de Abastecimento de Água, incluindo no mínimo reservação e distribuição, ou similar	Área de distribuição igual ou superior a 120 ha.	-
Total de Atestados				-

- c1) É permitido o somatório dos quantitativos estipulados na alínea “c”, mediante comprovação em mais de um atestado;
- c2) Entende-se por serviços similares os projetos que contemplem no mínimo serviços descritos a seguir:
- Rede de distribuição (com tubulações de iguais ou maiores que 50mm);
 - Reservação (em reservatórios elevados ou apoiados de concreto armado, metálico ou de fibra de vidro);
- c3) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados:
- local de execução,
 - nome do contratante e da pessoa jurídica contratada,
 - nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
 - descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados; e
 - o prazo final de execução.
- c4) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
- c5) Caso o licitante participe de mais de um item não será necessário a repetição da apresentação do mesmo atestado por item, devendo o licitante apenas fazer referência para quais itens destinar-se-ão os atestados apresentados:
- d) **Capacidade Técnico-Profissional:** Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional ter executado serviços relativos à elaboração ou adaptação de projeto básico ou projeto executivo de engenharia para implantação de sistema de abastecimento de água, contendo no mínimo reservação e rede de distribuição.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- d2) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de:
- Empregado: Ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante;
 - Dirigente ou sócio: Contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional ou ato constitutivo da empresa; ou
 - Autônomo: Contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- d3) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, para fins de comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.
- d4) Declaração do Coordenador e Supervisores com aceite em participar dos serviços como responsáveis técnicos da empresa, e respectivo comprovante de vínculo contratual entre o(s) profissional(is) e a LICITANTE. A declaração deve conter: nome completo, nº CPF, nº identidade, nº do registro no CREA.
- d5) Durante a execução do CONTRATO o profissional indicado como Coordenador ou Supervisor pode ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela CODEVASF.

9.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 9.2.1 Como critério de qualificação econômico-financeira, será exigida comprovação de capacidade econômica e financeira, mediante apresentação de capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor orçado neste Termo de Referência. A devida justificativa para tal exigência se encontra no Anexo I: Justificativas.

10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 O valor estimado global para a contratação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência encontra-se detalhado abaixo, data-base de outubro de 2024, conforme Anexo III, sendo o valor máximo global aceito pela Codevasf é de R\$ 127.700,74 (cento e vinte e sete mil, setecentos reais e setenta e quatro centavos).
- 10.2 Estão inclusos no valor acima os custos indiretos, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e preços unitários dos serviços constam no Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência.
- 10.3 O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), na data-base de abril/2024, no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), na data-base de outubro/2024, não desonerado, atendendo ao disposto na Lei n.º 14.791, de 29/12/2023 (LDO 2024) e Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos os custos indiretos, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.

- 10.4 No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

DESPESAS FISCAIS:	Serviços: 12,40 % ISS: 5% - PIS: 1,32 % - CONFINS: 6,08 %	
ENCARGOS SOCIAIS:	71,62% Equipe com vínculo	20,00 % Autônomos
OUTROS:	Custos de Administração: 15%	Remuneração da Empresa (Lucro): 10 % dos custos diretos

- 10.5 As despesas correrão à conta do Programa de trabalho: 18.544.2321.00UN.0001 - Apoio à Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da Codevasf. PTRES: 232736, sob a gestão da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da Codevasf.

- 10.6 O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 11.1 O prazo para execução do objeto deste TR é de 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme especificado abaixo, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes:

Tabela 2 - Prazo de entrega de subetapas

ADAPTAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA ADUTOR DE MARCOLÂNDIA-PI E DISTRITO DE SERRÂNIA (ARARIPINA-PE)			
Etapa	EVENTOS	Descrição do Serviço (Eventos)	Prazo de Entrega a partir da OS (dias)
1 - Diagnóstico e Estudos de Alternativas	E-1.1	Estudos Preliminares	60
	E-1.2	Estudos de Diagnóstico	90
	E-1.3	Estudos Populacionais e de Demanda Hídrica	120
	E-1.4	Relatório Final do Diagnóstico e Estudo de Alternativas	150
2 - Projeto Executivo de Engenharia	E-2.1	Projetos Técnicos: hidromecânicos	210
	E-2.2	Projetos Técnicos: complementares	210
	E-2.3	Memoriais de cálculo	240
	E-2.4	Memorial Descritivo e Especificações Técnicas	270
	E-2.5	Orçamentos	330
	E-2.6	Estudos ambientais	330
	E-2.7	Relatório final do projeto executivo de engenharia	360

- 11.1.1 No prazo acima estão incluídos o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para análise e aprovação de cada subetapa do Diagnóstico e Estudo das Alternativas, a partir do seu recebimento; e de 20 (vinte) dias úteis para análise e aprovação de cada subetapa do Projeto Executivo de Engenharia por parte da CODEVASF, também a partir do seu recebimento pela Fiscalização; objetivando a edição e o fornecimento da versão definitiva pelo Licitante vencedor.

- 11.1.2 A restituição da versão com a indicação de ajustes por parte da CODEVASF deverá ser realizada concomitantemente com a correção dos volumes, por sistema, objetivando dar mais agilidade ao processo.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 11.2 O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de emissão da Assinatura do Contrato, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 90 dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços.
- 11.3 Os prazos contratuais poderão ser prorrogados, mediante termo aditivo ao contrato, desde que atendidas as condições previstas no art. 153 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, quais sejam:
- a) Houver interesse da Codevasf;
 - b) Forem comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
 - c) For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
 - d) Estiver justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
 - e) Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.

12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1 Os pagamentos dos serviços serão efetuados em reais, com base nas medições de cada etapa/evento do cronograma físico-financeiro, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- 12.1.1 Os serviços desenvolvidos em campo e laboratório destinados à obtenção de dados e ensaios para a elaboração dos diagnósticos e estudos preliminares e elaboração do projeto executivo de engenharia, e terão as seguintes características e condições:
- a) Serão remunerados por aplicação, proporcional aos quantitativos realmente executados, relativos aos preços unitários, constantes da proposta comercial apresentada pelo concorrente licitante;
 - b) Mediante a emissão de faturas, condicionado a:
 - Autorização formal e expressa da fiscalização, atestando a realização dos serviços em pauta, de acordo com o programa de trabalho;
 - Apresentação, anexa à fatura, dos comprovantes técnicos que lhes deram origem (cadernetas de campo, boletins de sondagens, laudos, resultados de análises e ensaios, relatórios, etc.), conforme padrão estabelecido pela Codevasf.
 - c) As variações para mais ou para menos das previsões apresentadas pelo concorrente licitante em sua proposta, não poderão servir de pretexto para pleitos de modificação dos preços unitários oferecidos;
 - d) Todos os custos necessários como mão-de-obra, laboratório, equipamentos, serviços gráficos, veículos, mobilização e desmobilização, despesas fiscais, remuneração de escritório, etc., deverão estar incluídos.
- 12.1.2 Os serviços de escritório, com exceção dos remunerados constantes do subitem 12.1.1, necessários para a elaboração dos estudos de viabilidade e projeto executivo de engenharia, terão as seguintes características e condições:
- a) Remuneração dos serviços executados, mediante apresentação de faturas, após aprovação dos relatórios e documentos que deram origem ao faturamento, de acordo com o programa de trabalho e o cronograma físico;
 - b) A fiscalização autorizará a CONTRATADA a emitir os respectivos documentos de cobrança;
 - c) Caso existam dúvidas acerca dos relatórios e documentos, a parcela referente a esses serviços poderá ser retida até que as mesmas sejam sanadas pela CONTRATADA.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Depois de sanados os motivos da retenção, a Codevasf terá 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento da referida parcela.

- 12.1.3 A Codevasf somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 12.1.4 Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 12.1.5 Os serviços serão medidos nas datas finais de cada período de aferição estabelecidas nos cronogramas físico-financeiros, incluindo-se nas medições, os relatórios dos produtos fornecidos ou parcela destes e os serviços executados e mensuráveis referentes a cada etapa da execução do contrato.
- 12.2 O cronograma físico-financeiro apresentado pelo licitante deve atender as exigências deste Termo de Referência e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência.
- 12.3 Os quantitativos dos insumos de cada PRODUTO deverão ser iguais ao Orçamento da CODEVASF, respeitado qualquer aditivo aprovado pela CODEVASF.
- 12.4 Os preços e custos de cada insumo deverão ser iguais ao da PROPOSTA FINANCEIRA vencedora, respeitado qualquer reajustamento aprovado pela CODEVASF.

13 REAJUSTAMENTO

- 13.1 Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, a cada ano completo, de acordo com a variação do índice setorial publicado na revista "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 39 (Custo Nacional da Construção Civil) - Serviços de Consultoria, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I1 = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

- 13.2 Não será aplicado reajustamento sobre serviços em desacordo com os prazos contratuais por motivos de atrasos injustificados da contratada.

14 ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO

- 14.1 A fiscalização e a CONTRATADA deverão manter a necessária comunicação durante a execução do contrato, objetivando a otimização dos prazos e um melhor acompanhamento dos trabalhos.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 14.2 A CONTRATADA, antes do início dos serviços de campo, apresentará à Codevasf, para aprovação, programa de trabalho específico para cada atividade, indicando o responsável pelo setor, a equipe técnica e sua localização.
- 14.3 A Codevasf terá direito a acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso aos locais de trabalho, para obtenção dos esclarecimentos julgados necessários à execução destes, tendo como base a relação de serviços previstos na proposta e seu respectivo cronograma, instrumentos gerenciais para se alcançar os objetivos previstos.
- 14.4 A CONTRATADA terá ampla liberdade para subdividir os trabalhos em diversas atividades, desde que harmonizadas num planejamento integrado.
- 14.5 Os cronogramas físico e financeiro poderão ser revistos e ajustados, desde que aprovado entre as partes, sem que isto constitua motivo para a prorrogação do prazo de vigência de contrato, nem acarrete mudanças no prazo final estabelecido.
- 14.6 A CONTRATADA deverá apresentar, no primeiro relatório (de andamento ou específico), novos cronogramas atualizados, e assim sucessivamente, nos demais.
- 14.6.1 O cronograma físico deverá conter as datas previstas para o início e término de cada etapa de trabalho, relacionando-os com as datas e valores dos pagamentos parciais (cronograma financeiro), estando separados os serviços de campo dos serviços de escritório.
- 14.6.2 O cronograma físico deverá contemplar a participação dos diferentes setores e técnicos envolvidos durante as etapas dos serviços, bem como as datas previstas para as reuniões a serem realizadas com a Codevasf.
- 14.6.3 Os prazos para análise, pela Codevasf, dos relatórios e documentos apresentados, conforme especificado no Item 11, deverão estar previstos no cronograma. A CONTRATADA deverá considerar este fato de forma que os serviços não sofram solução de continuidade.
- 14.7 Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à CONTRATADA.
- 14.8 As reuniões a serem realizadas entre a CONTRATADA e a fiscalização devem ser previamente agendadas e registradas em ata formalizada, e objetivam discutir problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos, sendo que:
- a) A CONTRATADA realizará exposições complementares e específicas sobre o desenvolvimento dos serviços relativos aos temas previstos, inclusive acerca de suas propostas sobre alternativas envolvidas no prosseguimento dos trabalhos, bem como sobre os seus requerimentos de orientações;
 - b) A fiscalização comunicará à CONTRATADA as orientações necessárias ao desenvolvimento dos serviços referentes às matérias contidas na agenda da reunião, preferivelmente no decurso desta ou no prazo estabelecido pela mesma;
 - c) As reuniões mensais previstas devem ser agendadas para após a entrega dos relatórios e do prazo de análise dos mesmos pela fiscalização, sendo que os custos dessas reuniões deverão estar previstos no valor total do contrato;
 - d) A fiscalização poderá convocar quantas reuniões julgar convenientes, para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços.
- 14.9 A fiscalização e a CONTRATADA estabelecerão procedimentos detalhados, com o objetivo de sistematizar o desenvolvimento do contrato, principalmente no que se refere à preparação e atualização dos programas de trabalho, comunicações, fiscalização e faturamento.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 14.10 A fiscalização poderá emitir pareceres técnicos com instruções, recomendações ou solicitações de correções nos documentos e produtos apresentados pela CONTRATADA com intuito de garantir o melhor resultado do Projeto Executivo.

15 ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

- 15.1 Os relatórios e documentos deverão ser produzidos separadamente. Para cada etapa de desenvolvimento dos estudos deverão ser entregues conjuntos, a saber: Diagnóstico e estudo de alternativas e Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia.

- 15.2 Os produtos e relatórios finais referentes aos estudos objeto do presente Termo de Referência, devem ser apresentados considerando as seguintes diretrizes:

- a) Os dados e informações que exigem tratamento espacial deverão ser apresentados em sistema geográfico de informações, com utilização de cartografia em escalas adequadas, de forma a permitir a sobreposição de temas e a interpretação conjunta dos mesmos;
- b) Os dados referentes às unidades espaciais do projeto e as áreas de influência deverão ser apresentadas em bancos de dados inter-relacionados, de forma a permitir cruzamento de informações e representação gráfica associada ao sistema georreferenciado;
- c) Os textos dos relatórios, mapas, desenhos, planilhas, etc., devem ser fornecidos em meio digital, de forma a serem editados e reeditados pela Codevasf;
- d) Os resultados dos estudos devem ser objeto de relatórios sucintos, facilmente compreensíveis, com material de apoio para divulgação e apresentação pública.

- 15.3 A CONTRATADA emitirá os seguintes relatórios parciais para cada evento concluído, conforme cronograma físico e financeiro:

- a) Relatórios de Andamento - a serem fornecidos por solicitação da Codevasf, contendo resumo normalizado da situação física financeira do contrato em andamento (cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções de prazos e custos);
- b) Relatórios Específicos - a serem apresentados por solicitação da Codevasf, imprescindíveis em determinados estágios de desenvolvimento dos trabalhos, para cada especialidade ou tema, com as informações referentes às fontes de dados, metodologias, memórias de cálculos e especificações técnicas adotadas, avaliação crítica sobre a adequação ou carência dos dados disponíveis, bem como recomendações para aprimoramento, a serem integrados nos Relatórios Parciais de Projeto e Relatórios Finais;
- c) Relatórios Parciais de Projeto - a serem apresentados mensalmente para os serviços objeto deste Termo de Referência, correspondentes aos produtos entregues, conforme cronograma financeiro e relação de eventos para efeito de faturamento (conforme Anexo VI), com as informações referentes às fontes de dados, metodologias e especificações técnicas adotadas, memórias de cálculo e avaliação crítica dos dados disponíveis;
- d) Versão Preliminar do Relatório Final - a ser apresentado, em forma de minuta, ao final dos serviços, com integração dos Relatórios Parciais de Projeto sintetizados, com ênfase para os resultados obtidos, evitando-se descrições e justificativa de metodologias, que deverão ser incluídas como anexos, com as memórias de cálculo e cópias dos desenhos produzidos, para exame e aprovação por parte da Codevasf;
- e) Versão Definitiva do Relatório Final - deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do comunicado de aprovação e/ou solicitação, pela Codevasf, de correção/revisão da Versão Preliminar;
- f) Relatórios Síntese do Relatório Final - deverá fornecer as informações referentes ao Projeto em questão, de modo sintético, e a justificativa das alternativas selecionadas, a



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

descrição destas e o arranjo institucional para a implantação e manutenção, assim como da sua inserção regional, incluindo recursos audiovisuais e materiais de divulgação, tecnicamente fundamentados.

- 15.4 Os Relatórios Finais de Estudos de Diagnóstico e de Alternativas e Projeto Executivo de Engenharia deverão ser apresentados, respectivamente, de acordo com os modelos constantes no Anexo VII e Anexo VIII deste Termo de Referência. Ficará a critério da CONTRATADA sugerir complementações e/ou alterações no plano da obra e roteiros, para que estes fiquem adequados à realidade dos estudos, os quais deverão ser submetidas à aprovação da Codevasf.
- 15.5 A versão definitiva do Relatório Final deverá ser disponibilizada em meio digital, incluindo textos, planilhas, desenhos, imagens, fotografias, cartas, etc., gerados em formatos compatíveis com os softwares disponíveis à Codevasf. Caso a CONTRATADA tenha preferência em gerar os trabalhos produzidos em softwares não disponibilizados pela Codevasf, ficará obrigada a fornecer os originais dos mesmos, completos, com os respectivos manuais e garantias.
- 15.5.1 Os programas de computação utilizados na elaboração do projeto deverão ser apresentados de modo sistemático e completo, contendo as seguintes informações, entre outras: nome do programa, autor, descrição, modelo matemático utilizado, fluxograma, comentários referentes aos resultados, linguagem e programa fonte, de acordo com o exigido pela Codevasf.
- 15.6 A CONTRATADA deverá exercer controle de qualidade sobre as informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos, objetivando clareza, objetividade, consistência das informações, justificativas de resultados, com texto isento de erros de português e de digitação.

16 APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

- 16.1 Os trabalhos de natureza técnica deverão observar, preferencialmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnica - ABNT, podendo ser substituídas por outras aceitas internacionalmente, desde que a Codevasf considere as substituições equivalentes ou superiores.
- 16.2 A CONTRATADA deverá estar ciente de que as normas técnicas relativas a mão-de-obra, materiais e equipamentos, referências a marcas, número de catálogos e nomes de produtos citados nas Especificações Técnicas, tem caráter didático / pedagógico e não restritivo.
- 16.3 As normas, em qualquer hipótese, antes de sua efetiva aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.
- 16.4 Os relatórios, desenhos, memoriais, etc., deverão obedecer às unidades do Sistema Métrico Internacional. Se houver necessidade de citar outras unidades, os valores expressos nestas serão indicados entre parênteses, ao lado da correspondente unidade oficial.
- 16.5 O projeto e a documentação pertinente serão, obrigatoriamente, apresentados em Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.
- 16.6 Os documentos serão apresentados com as seguintes quantidades de vias:
- a) Relatório Parcial ou Específico: em via digital;
 - b) Relatórios de Andamento: em via digital;
 - c) Relatório Final do Diagnóstico e Estudo de Alternativas e do Projeto Executivo: em via digital;
 - d) Relatório de Avaliação Ambiental: em via digital.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 16.7 A composição e a sequência a ser obedecida na apresentação dos documentos é a seguinte, em cada elemento:
- 16.7.1 Capa (NBR 6029) - com os seguintes elementos: na parte superior, nome do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba; no centro, título do projeto e a etapa contratada e desenho ou foto (opcional); na parte inferior, do lado direito, o n° do volume (algarismo arábico) e o título do conteúdo, o n° do tomo (algarismo romano) e título do conteúdo e parte ou anexo (alfabeto) e título do conteúdo e o(s) nome(s) do(s) autor(es).
- 16.7.2 Folha de rosto - os elementos essenciais à identificação dos serviços ou da obra estão na Folha de rosto, que deverá conter os seguintes elementos: na parte superior, nome Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba; no centro, título do projeto e etapa contratada; na parte inferior, do lado direito, o n° do volume (algarismo arábico), e título do conteúdo, o n° do tomo (algarismo romano) e título do conteúdo e parte ou anexo (alfabeto) e título do conteúdo e, no rodapé, o mês da publicação e nome(s) do(s) autor(es).
- 16.7.2.1 No verso desta folha, deverá conter:
- a) Ficha catalográfica de acordo com as normas AACR2 - Anglo American Cataloguing Rules;
 - b) Nome do contratante (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba) por extenso, seguido da sigla, endereço, telefone, fax, endereço na internet e e-mail desta.
- 16.7.3 Índice Geral - deverá trazer cada volume/tomo e o título referente a cada estudo, conforme sequência do exemplo: Volume 1 - Relatório Síntese do Projeto; Tomo I - Relatórios do Projeto; Tomo II - Serviços de Campo e Laboratório; Volume 2 - (especificar documentos); Volume 3 - (especificar documentos).
- 16.7.4 Sumário - deverá conter as principais divisões, seções ou partes do Volume, na mesma ordem em que a matéria é apresentada.
- 16.7.5 Listas - NBR 6029.
- 16.7.6 Apresentação - deverá conter esclarecimentos, justificativas ou comentários, a data da licitação, o n° do edital, o n° do contrato, data de assinatura, e conter uma breve explicação a respeito do conteúdo de cada volume que compõe o estudo.
- 16.7.7 Texto - deverá conter introdução, corpo e conclusão.
- 16.7.8 Apêndices e Anexos (NBR 6029) - matéria acrescentada no final do documento, a título de esclarecimento ou complementação.
- 16.7.9 Referências Bibliográficas (NBR 6023) - elaboradas a partir do material consultado, devem vir dispostas em ordem alfabética.
- 16.8 Disposição - A documentação deverá estar disposta segundo os padrões enunciados a seguir:
- 16.8.1 Formatos de papel (NBR 5339):
- a) Os desenhos e plantas dos trabalhos deverão ser produzidos em formatos que melhor se adequem às escalas adotadas, graus de detalhamentos, legibilidade e quaisquer fatores pertinentes à melhor compreensão dos trabalhos;
 - b) A normografia apresentada não poderá, quando reduzida, perder a legibilidade das informações;



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- c) Especificações, memórias de cálculo, estudos e texto deverão estar em formato A4.

16.8.2 Paginação e Numeração:

- a) A numeração das páginas deverá ser feita a partir da primeira página impressa, excluída(s) a(s) capa(s);
b) A numeração deverá ser contínua e em algarismos arábicos.

16.8.3 Formulários e Tabelas - Estes dispositivos deverão seguir os seguintes padrões:

- a) obedecer às Normas de Apresentação Tabular do IBGE;
b) Serem numerados, em algarismos romanos, de acordo com as respectivas seções, em sequência no texto, logo após a primeira citação referente ao formulário ou tabela;
c) Apresentar título;
d) Apresentar citações da fonte.

16.8.4 Numeração progressiva das seções de um documento (NBR 6024):

- a) apresentar sistema de numeração progressiva das partes do documento, de modo a permitir a exposição mais clara da matéria e a localização imediata de cada parte;
b) As seções poderão ser subdivididas, desde que não sacrifiquem a concisão do documento, limitando-se à quinária.

16.8.5 Numeração e Registro dos Documentos:

- a) Numeração: os desenhos, especificações, listas de ferro e material, etc., deverão ser numerados cronologicamente e de acordo com as diversas áreas;
b) Registro: os documentos emitidos deverão ser registrados conforme padrão da Codevasf, permitindo o controle da emissão desses documentos pela CONTRATADA e pela Codevasf.

16.8.6 Referências - Indicar, em cada documento, aqueles que lhes são referentes.

16.8.7 Revisão de documentos - Os documentos revistos deverão ter indicação e apresentarem, em local específico, a descrição das alterações efetuadas.

16.8.8 Escala (NBR 5984) - A escala do desenho deverá, obrigatoriamente, constar na legenda.

16.8.9 Legendas (NBR 5984) - As legendas utilizadas deverão seguir os seguintes padrões:

- a) As folhas de documentos (desenho, lista ou especificação) deverão conter, na extremidade inferior direita, um quadro destinado à legenda, contendo, além do título, as indicações necessárias à sua identificação e interpretação;
b) Apresentarem disposição conveniente à natureza do respectivo documento, não ultrapassando a largura de 175mm;
c) Deverão conter, no mínimo, as seguintes indicações, indispensáveis para um determinado tipo de documento:
- Codevasf;
 - Título do projeto;
 - Título do documento;
 - Data (mês / ano);
 - Nome da CONTRATADA;
 - Número do documento e, se necessário, outras indicações para classificação e arquivamento;
 - Indicação de “substitui” ou “substituído por”, quando for o caso;



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- Assinaturas dos responsáveis pelo documento (projeto; desenho; verificação e aprovação);
- Número de revisão;
- Escala.

d) Descrição de modificações e as indicações suplementares, quando necessárias, deverão ser apresentadas acima ou à esquerda da legenda.

16.9 Codificação

16.9.1 As instruções contidas no Manual de Codificação, parte integrante dos Manuais de Operação e Manutenção da Codevasf, deverão ser seguidas quando da codificação de documentos.

16.10 Os trabalhos de campo podem ser apresentados nos modelos padrão da Codevasf (planilhas, cadernetas, boletins de sondagens, ensaios, etc.) ou em modelos que incluam as informações do padrão estabelecido.

17 MULTAS

17.1 Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

17.2 Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

17.3 Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratual atualizado.

Tabela 3 - Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
a) Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do registro no Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
b) Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
c) Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e canteiros de obras.	02
d) Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
e) Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 17.4 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados nas tabelas Tabela 2, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 17.5 As multas aplicadas não poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão do artigo 167, alínea "b" do Regulamento Interno de Licitações da Codevasf.
- 17.6 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
 - b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Estratégia e Finanças – GRG/7ªSR o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 17.7 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de identificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 17.8 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 17.9 Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 17.10 Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

18 GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 18.1 Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10(dez) dias úteis após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitido por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 18.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.
- 18.2 A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência Regional de Infraestrutura – 7ª SR da Codevasf.
- 18.3 A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor enquanto vigor o contrato assinado entre a Codevasf e a empresa contratada.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 18.4 Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 18.5 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 18.6 A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão contratual, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 18.7 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 18.8 Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão contratual, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 18.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19 FISCALIZAÇÃO

- 19.1 A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 19.2 Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 19.3 Fica assegurado à fiscalização o acompanhamento da execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 19.4 Compete à fiscalização esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 19.5 Compete à fiscalização checar se a CONTRATADA disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 19.6 Compete à fiscalização tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 19.7 Poderá a fiscalização solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 19.8 Compete à fiscalização acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela CONTRATADA.
- 19.9 Compete à fiscalização estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 19.10 Poderá a fiscalização rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 19.11 O fiscal do contrato deverá analisar os relatórios e documentos apresentados pela CONTRATADA, conforme os prazos estabelecidos no subitem 11.1.1, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 19.12 Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à CONTRATADA.
- 19.13 Poderá a fiscalização notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 19.14 Compete à fiscalização manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 19.15 Deverá a fiscalização atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 19.16 Compete à fiscalização receber e encaminhar ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 19.17 O(a) fiscal deve manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 19.18 Compete à fiscalização analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 19.19 Compete à fiscalização informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 19.20 Deve a fiscalização receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 19.21 A fiscalização deve informar ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 19.22 Compete à fiscalização receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 19.23 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 19.24 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 19.25 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

20 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 20.1 Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da garantia/caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 15 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.
- 20.1.1 Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 20.1.2 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 20.1.3 Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 20.1.4 Na hipótese da necessidade de nova correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 20.1.5 Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 20.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela elaboração do projeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 20.1.7 Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 20.1.8 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
 - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - c) Liberação da Garantia/Caução Contratual.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 20.1.9 A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

21 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 21.1 A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar PCMSO, além do PGR, nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

22 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 22.1 A CONTRATADA deverá atender às diretrizes de sustentabilidade, critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- g) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

- 22.2 A CONTRATADA deverá atender os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1 do MPOG, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

- 22.3 Com base nas diretrizes supracitadas, a CONTRATADA deverá atentar-se para o atendimento de alguns critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010 (MPOG), tais como:

- a) Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- b) Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c) Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d) Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- e) Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- f) Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- g) Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- h) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- i) Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço



- 22.4 Ainda de acordo com a IN 01/2010, na elaboração do projeto básico ou projeto executivo a CONTRATADA deverá observar as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).
- 22.5 A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

23 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1 A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos/RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO, os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da CONTRATADA para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.
- b) PEB – Plano de Execução BIM, contendo visão geral (BIM), informações do projeto, responsáveis, objetivos, agentes, informações, dados, modelo a ser adotado para desenvolvimento das atividades.
- c) Planejamento em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar, demonstrando todas as etapas previstas para a execução do objeto contratado;
- d) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- e) Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A Contratada quando da solicitação de autorização para os serviços parciais a serem subcontratados deverá comprovar a habilitação da empresa subcontratada - respeitando os limites de subcontratação constantes do subitem 6.3, deverá ser apresentada a documentação descrita abaixo, previamente aprovada pela Fiscalização da Codevasf:

e1) Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira deverão ser atendidas conforme exigência do Edital;

e2) Registro ou inscrição da SUBCONTRATADA no Conselho de Classe Profissional, demonstrando o ramo de atividade compatível com a disciplina subcontratada;

e3) Comprovação de capacidade técnica-operacional da SUBCONTRATADA, representada por certidão(ões) ou atestado(s) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado do CAT - Certidão de Acervo Técnico do profissional responsável à época, comprovando a execução de serviços similares àqueles que serão subcontratados, em empreendimentos de porte e complexidade similares ao objeto da licitação;

e4) Declaração de que entre os responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

e5) Durante a execução do CONTRATO a SUBCONTRATADA indicada pode ser substituída por empresa com capacidade equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela CODEVASF.

- 23.2 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 23.3 Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília – DF (ou Superintendência Regional).
- 23.4 Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 23.5 Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 23.6 Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 23.7 Alocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 23.8 Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 23.9 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao conselho de classe competente.
- 23.10 A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 23.11 Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 23.12 Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a CONTRATADA deverá reforçar a garantia/caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5,0% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos quando aplicável).
- 23.13 A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 23.14 Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 23.15 A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 23.16 Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- 23.17 Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 23.18 Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 23.19 A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos projetos, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais, inclusive, quando da execução da obra objeto do presente projeto, o projetista poderá ser acionado em caso de alterações, erros ou falhas de projetos, ou simplesmente para dirimir dúvidas.
- 23.20 A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 23.21 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 23.22 A CONTRATADA entende e aceita que para a execução dos serviços objeto da presente licitação deverá atender ainda às seguintes normas complementares:
- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
 - b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 23.23 A CONTRATADA e a equipe técnica ambiental deverão apresentar o certificado do registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, mantido pelo IBAMA, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 01 de 13 de junho de 1988, IN-IBAMA nº 96, de 30/03/2006 e IN-IBAMA nº 97, de 05/04/2006.

24 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 24.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do Contrato.
- 24.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 24.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 24.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

24.5 Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

24.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.

24.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

25 MATRIZ DE RISCOS

25.1 A matriz de riscos está apresentada no Anexo IX deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

25.2 A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.

25.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

25.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

25.5 A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

25.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

25.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

25.8 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.

25.9 Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

25.10 A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

26 CONDIÇÕES GERAIS

26.1 Os resultados dos serviços, incluindo os desenhos originais e as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

26.2 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

27 ANEXOS

27.1 São ainda documentos integrantes deste Termo de Referência, contendo:

- Anexo I: Justificativas
- Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços
- Anexo III - Orçamento de Referência
- Anexo IV - Especificações Técnicas
- Anexo V - Modelo de Proposta de Preços
- Anexo VI - Relação de Eventos para Pagamentos
- Anexo VII - Estrutura Final do Relatório Diagnóstico e Estudo de Alternativas
- Anexo VIII - Estrutura do Relatório Final Projeto Executivo de Engenharia
- Anexo IX - Matriz de Riscos



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo I: Justificativas

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir justificativas e particularidades em função das especificidades dos serviços a serem contratados e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o Termo de Referência.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

O objeto desta contratação diz respeito a adaptar o projeto executivo oriundo do contrato nº 7.101.00/2021 firmado entre a CODEVASF/7ªSR e a empresa A1MC PROJETOS LTDA. Este projeto já existente e fora entregue conforme especificações constantes no respectivo Termo de Referência e Edital Nº 03/2021. Ressalta-se que a execução contratual se deu entre os anos de 2021 e 2022.

A adaptação do projeto se faz necessária pelos motivos técnicos e legais elencados abaixo (também mencionados em Estudo Técnico Preliminar):

1. Dentre os produtos que foram contratados, existe o Orçamento da obra, conforme Anexo V do Termo de Referência respectivo. Tal Orçamento, devidamente elaborado e entregue, fora finalizado no ano de 2022. Portanto, as bases referenciais de preços utilizadas à época (SINAPI, SICRO, Seinfra-CE, ORSE-SE, Embasa-BA, etc) são dos anos de 2021 e 2022. Alguns preços de serviços e insumos tiveram que ser estabelecidos mediante cotação, também realizada durante esses dois anos.

Logo, entre a época de elaboração das planilhas orçamentárias do projeto existente e a data atual, já transcorreram dois anos. Assim, tais planilhas se encontram com preços defasados, sendo inviável licitar a obra do sistema adutor com preços de referência destoantes da realidade atual de mercado.

O Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf em seu artigo 30 recomenda que na pesquisa de preços em mídia especializada ou cotação direta com fornecedores não haja a defasagem superior a 6 (seis) meses da divulgação do edital. De maneira similar, a IN SEGES/ME Nº 65/2021 também adota tal prazo de validade para preços referenciais em licitações.

Ainda que tais dispostos não sejam explicitamente voltados à contratação de obras, é de praxe em toda a Administração Pública obedecer a esse mesmo período de aceitação dos preços de obras.

Cabe também informar que normalmente as bases referenciais oficiais de preço, ao longo do tempo, realizam modificações técnicas, inclusões ou exclusões de seus serviços referenciais. Dada a possibilidade de alguns serviços considerados na planilha existente terem sido excluídos ou modificados, é prudente também fazer atualizações nesse sentido.

Pelo exposto, é imprescindível que seja realizada adaptação das planilhas orçamentárias de modo a atualizá-las à data mais atualizada possível e ao novo projeto adaptado, sob risco de, diante de defasagem de preços, ser necessário realizar reajustes ou revisões contratuais.

2. Outro ponto relevante diz respeito à natureza da obra. Por se tratar de obra hídrica, o dimensionamento dos componentes hidráulicos está interrelacionado com a demanda hídrica da população a ser atendida. Assim, o projeto hidromecânico existente levou em consideração os dados divulgados para o perfil populacional da localidade até o ano de 2022. Contudo, naquele mesmo ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou novo Censo Demográfico em âmbito nacional. Segundo o sítio eletrônico do IBGE que trata sobre o panorama desse censo, as operações censitárias só finalizaram em março de 2023 e ainda alguns dados passaram e estão passando por revisão.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Assim, com dados populacionais mais recentes, será possível compreender se para as localidades atendidas há tendência de aumento, diminuição ou estabilização de população e demanda hídrica.

Salienta-se que, caso haja indicação de acréscimo de demanda hídrica em relação ao considerado anteriormente, pode ser necessário readequar as estruturas hidromecânicas projetadas de modo que não haja comprometimento ao atendimento da população.

3. Também pelo fato do transcurso temporal entre a finalização do projeto existente e a data atual, podem ter existido ao longo de dois anos intervenções físicas no sistema de abastecimento dos municípios, sejam advindas do próprio ente municipal ou de outros entes públicos, inclusive por meio de concessionárias.

Deste modo, também é prudente realizar novo estudo de diagnóstico com vistas a corroborar ou retificar o projeto atual, tanto para atender a critérios técnicos ou para prezar pela economia, caso já tenham sido executadas novas estruturas que possam ser reaproveitadas.

Em resumo, este Termo de Referência prevê a adaptação de serviços relacionados ao diagnóstico atual, estudos de população e demanda hídrica, projetos hidromecânicos e orçamento da obra, conforme Anexo VI deste documento, bem como outros produtos a eles indispensáveis: estudos preliminares, projetos complementares, memoriais, estudos ambientais e relatórios finais.

Cabe ressaltar que outros produtos já entregues no contrato nº 7.101.00/2021 devem ser aproveitados, pelo fato de o curso de tempo não afetar a necessidade de modificação, a saber: anteprojetos, projetos arquitetônicos, estruturais, instalações prediais, estudos topográficos e estudos geológicos.

O objeto de contratação deste Termo de Referência, ADAPTAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA ADUTOR DE MARCOLÂNDIA-PI E DISTRITO DE SERRÂNIA (ARARIPINA-PE), fará parte das políticas públicas voltadas à segurança hídrica em regiões do semiárido nordestino. Ainda que tais políticas tenham proporcionado avanços nas últimas décadas, percebe-se a necessidade de novas intervenções na região, uma vez que indicadores socioeconômicos ainda se mostram relativamente precários quando comparados à realidade de outras regiões do país.

A contratação será orientada pelo Planejamento Estratégico Integrado do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (PEI MIDR) 2023-2027, em sua dimensão estratégica, na perspectiva “Políticas Públicas”, eixo “Segurança Hídrica” e subeixo “Infraestrutura Hídrica”. Já em se tratando da Dimensão Tática do PEI MIDR, a contratação estará inserida no programa “Obras Hídricas Estruturantes”, nas iniciativas “Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Marcolândia/PI.

A contratação está relacionada com os objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico Institucional da CODEVASF 2022-2026, na perspectiva “Beneficiários”, objetivo estratégico “OE18 - Ampliar a Segurança Hídrica e Conservação Ambiental” e produto “Implantação e ampliação de barragens, adutoras, canais e outras infraestruturas”;

Espera-se que a implantação de sistemas de abastecimento de água em ambos os municípios traga uma melhor distribuição de recursos hídricos para a população, com benefícios diretos ao consumo e saúde humana e às atividades produtivas, sobretudo a agropecuária. Indiretamente, tais benefícios retardam o êxodo da população rural para centros urbanos e propiciam o desenvolvimento de atividades econômicas no âmbito local.

O objeto a ser desenvolvido através deste TR não visa apenas à elaboração de projetos técnicos para as obras dos sistemas de abastecimento, mas contempla também estudos de diagnóstico, a cargo da futura contratada, a respeito dos fatores sociais, populacionais e ambientais da área de intervenção. Tais estudos são importantes para futuras tomadas de decisão sobre novas intervenções locais.

Ressalta-se que os serviços a serem contratados não terão caráter continuado, encerrando-se a prestação assim que entregues todos os produtos exigidos neste TR.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Regime de execução:

Não adoção do regime de contratação SEMI-INTEGRADA: O objeto deste Termo de Referência diz respeito tão somente ao desenvolvimento de estudos e projeto executivo, não sendo pertinente o regime semi-integrado, visto que não contempla fase de obra.

Empreitada por Preço Global: preço certo e total. O pagamento será de acordo com a conclusão de cada etapa/evento prevista no cronograma físico-financeiro.

Após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro e cronograma de desembolso contratual as medições poderão ser efetivadas sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

Justifica-se a adoção deste regime devido o objeto em questão ser dividido em etapas e subetapas (Anexo VI - Relação de Eventos para Pagamentos), configurando eventos a serem alcançados pela contratada para efeito de medição e pagamento.

No caso de ocorrer antecipação da execução física dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura. Se para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento. Os percentuais máximos admitidos para pagamento dos eventos serão os indicados nos critérios de Pagamento.

Permite Participação de Consórcios: Sim:

- a) **Sim:** A logística necessária para cumprimento do objeto exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante, proporcionar maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, possibilitando a participação de maior número de Empresas.
- b) Nesta licitação será admitida a participação de Consórcio de empresas, sem limitação de empresas integrantes, levando-se em consideração que o objeto da licitação inclui elaboração de projetos de naturezas diversas e complementares, com execução de ensaios, estudos e análises necessários para seu desenvolvimento, o que ampliará a competitividade de empresas, que consorciadas terão condições de participar da licitação, uma vez que, isoladas, poderiam não conseguir preencher os requisitos necessários.

Não exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: Não será concedida a exclusividade de participação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte devido ao não enquadramento deste Termo de Referência ao artigo 6º do Decreto 8.538/2015, no qual tal exigência se faz apenas para licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Ainda sob a luz do mesmo decreto, em seu Art. 10, parágrafo único, inciso II, a natureza e complexidade deste objeto licitado torna inviável a concessão de exclusividade para ME's e EPP's.

Participação de Cooperativa: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades e complexidade do objeto e da prestação de serviço exigem uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Subcontratação: Conforme previsto no item 6.3 deste Termo de Referência, será permitida subcontratação de serviços, exclusivamente para serviços de campo (topográficos, geotécnicos e laboratoriais), por se tratar de serviços operacionais e preliminares de caráter meramente investigativo e descritivo, os quais não representam a atividade final deste objeto. Entende-se, portanto, que os serviços de campo servirão de lastro para as tomadas de decisão da contratada para desenvolvimento do projeto executivo subsequente.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Visita: A visita aos locais onde os serviços serão executados é facultativa. Será de responsabilidade dos interessados a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados não fornecidos pela Codevasf, pois tais aspectos não poderão ser avocados, no desenrolar dos trabalhos, como motivo para alteração do contrato a ser estabelecido.

No caso de visita técnica, se os interessados julgarem necessário, poderão entrar em contato com a 7ª Superintendência Regional, localizada na Av. Maranhão, Nº 1022, Centro, CEP 64000-010, Teresina/PI, telefone (86) 3215-0120, e-mail 7a.sr@codevasf.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, para agendamento.

Desapropriação: Não aplicável na fase de elaboração de Projeto Executivo;

Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens ou parcelas para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala:

Tendo em vista que o objeto deste Termo de Referência compreende o desenvolvimento de um único projeto executivo a ser implementado em apenas um município, a divisão do objeto em itens é tecnicamente inaplicável.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado: Divulgado

Divulgado: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução: Para fins de emissão da Ordem de Serviço, é necessário que a empresa contratada apresente a Garantia de Execução do Contrato

Qualificação Técnica (Capacidade técnico-operacional e Técnico-Profissional):

Os itens exigidos aos licitantes para fins de comprovação de qualificação técnica, foram assim definidos por guardarem similaridade com objeto a ser licitado e serem de maior relevância técnica e valor significativo. O Tribunal de Contas da União entende ser legal tal exigência, conforme a súmula 263/2011 – TCU.

O volume de trabalho e grau de complexidade dos serviços a serem contratados dependem principalmente da área de implementação das redes de distribuição, que também se relacionam com a quantidade da população (esta última interfere diretamente na vazão de projeto e indiretamente no porte dos componentes a serem projetados). Assim, para a capacidade técnico-operacional, estabeleceram-se os itens constantes na Tabela 1.

A comprovação de “Elaboração de Projeto Básico ou Executivo de Implantação de Sistema de Abastecimento de Água, incluindo no mínimo reservação e distribuição, ou similar” se relaciona com a área de distribuição a ser atendida. Visto que as áreas urbanas de Marcolândia-PI e do distrito de Serrânia (Arapirina-PE) somam aproximadamente 308 hectares, é viável exigir do licitante a área mínima de 120 hectares, não sendo superior a 50% do quantitativo do item, conforme orienta o TCU.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Quanto à comprovação de capacidade técnico-profissional, para os profissionais do quadro do licitante, basta comprovar a realização de serviços elaboração de projeto básico ou projeto executivo de engenharia para implantação de sistema de abastecimento de água, contendo no mínimo reservação e rede de distribuição. Tal exigência, sem imposição de quantitativos mínimos, amplia a competitividade do certame sem prejudicar a seleção qualitativa.

Com vistas a ampliar a competitividade do certame, sem comprometimento da seleção qualitativa, será permitida a soma de quantidades comprovadas em atestados distintos.

Da apresentação de Capital Social

Com base na Súmula 275 do Tribunal de Contas da União, no artigo 58, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, no art. 81, § 2º inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf e no artigo 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 será exigida na presente licitação a apresentação de capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf, tendo em vista que a qualificação econômico-financeira visa demonstrar que a licitante dispõe, em tese, de capacidade financeira para executar o serviço a ser licitado. Tal mecanismo tende a dirimir possível inexecução total ou parcial, evitando a desistência da prestação do serviço por empresas “aventureiras”.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

(Cidade), ____/____/202____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo III - Orçamento de Referência

ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA A E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)



Anexo IV - Especificações Técnicas

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

1 OBJETIVO

Estabelecer normas e critérios para execução de levantamentos topográficos nas áreas previstas para elaboração de projetos de sistema adutor de água, conforme relacionado neste Termo de Referência, desde a captação até a distribuição. As especificações são gerais e aplicam-se somente aos itens pertinentes, referentes aos serviços remunerados conforme Formulário PFP1.1 -Topo, objetivando, especificamente, basear a seleção da alternativa mais viável para o sistema, do ponto de vista da topografia do terreno.

2 AMARRAÇÃO PLANIALTIMÉTRICA

Os trabalhos topográficos deverão ser amarrados à rede básica, anteriormente disposta na área. Na sua inexistência, deve-se amarrar à Rede Básica Nacional, sistema SIRGAS/2000 e marégrafo de Imituba.

2.1 Transporte de coordenadas

Por meio de poligonal e/ou simples irradiamento eletrônico, serão transportadas coordenadas para barrotes de madeira de boa qualidade e nas dimensões de (8x12x50)cm, pintados na cor branca, identificados e aflorados de 10cm, utilizando-se teodolito de leitura direta de 1" (um segundo de arco) e distanciômetro eletro-ótico com precisão de leitura de $\pm(5\text{mm} + 5\text{ppm})$. Os barrotes, pelo menos dois, afastados de pelo menos 150m, servirão para a locação das valas e/ou estruturas em que sejam necessárias amarrações.

2.1.1 As medidas angulares deverão ser realizadas pelo método das direções em três séries (CE e CD), com 3PD (posições diretas) e 3PI (posições inversas) reiteradas a 60°, admitindo-se 5" (cinco segundos de arco) como limite de rejeição de uma série em relação à média e a existência de pelo menos duas séries após a rejeição.

2.1.2 As medidas lineares deverão ser realizadas nos dois sentidos, aceitando-se até 2cm de diferença entre elas.

2.1.3 Tolerâncias de fechamento

- a) Angular: $10''\sqrt{n}$, sendo n o número de estações;
- b) Linear: 1:10.000.

2.1.4 Os transportes poderão ser efetuados por meio do processo de posicionamento tridimensional por satélites GPS (Global Positioning System), desde que seja atendida a precisão preestabelecida.

2.2 Transporte de cotas (Ida e volta)

Para os barrotes deverão ser transportadas cotas por meio de nivelamento geométrico, com nível de precisão de 1,5mm/km, sendo as visadas equilibradas dentro de 2m e distância máxima de 80m (ré e vante) com a observação dos três fios estadiométricos e tolerância máxima admissível de fechamento de $12\text{mm}\sqrt{k}$, onde k é o comprimento em quilômetro.

3 REDES DE ÁGUA E ESGOTO

3.1 Poligonais eletrônicas

3.1.1 Planimetria



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

3.1.1.1 As poligonais para locação das adutoras e ramais, de PI a PI, desenvolver-se-ão amarradas à rede básica, sendo essas poligonais de extensão máxima de 15km.

3.1.1.2 Os PI's serão monumentados com barrotes de madeira de boa qualidade, pintados na cor branca, com formato quadrangular de dimensões (10x10x50)cm, identificados e afluando 10cm. Para garantir a posição dos PIs, serão implantados dois pares de barrotes, afastados do eixo da poligonal, cujos alinhamentos refazem a posição do PI.

3.1.1.3 Os PIs, quando não forem intervisíveis, nas tangentes extensas, serão monumentados da mesma forma, por pontos intermediários que garantam a intervisibilidade entre eles.

3.1.1.4 As medidas angulares deverão ser executadas pelo método das direções reiteradas a 60°, com teodolito de leitura direta de 1" (um segundo de arco) em três séries de 3PD (posições diretas) e 3 PI (posições inversas), admitindo-se o limite de rejeição de 5" (cinco segundos de arco) para uma série em relação à média e a existência de pelo menos duas séries, após a rejeição.

3.1.1.5 As medidas lineares deverão ser executadas, nos dois sentidos, com distanciômetro eletro-ótico de precisão de leitura de $\pm(5\text{mm} + 5\text{ppm})$ admitindo-se diferença entre as leituras de 2cm.

3.1.1.6 Tolerâncias de fechamentos para adutoras e ramais principais:

- a) Angular: $10''\sqrt{n}$, sendo n o número de estações;
- b) Linear: 1:10.000.

3.1.1.7 Tolerâncias de fechamentos para demais ramais:

- a) Angular: $30''\sqrt{n}$, onde n é o número de estações;
- b) Linear: 1:5.000.

3.1.1.8 Piquetes de dimensões (2x2x10)cm, afluando do solo em 1cm, na cor branca, com tacha para centragem, deverão ser implantados, ao longo das tangentes, a cada 20m, medidos com o uso de trena de aço ou fiberglass, aferida.

3.1.1.9 Os cálculos dos fechamentos lineares das poligonais deverão ser obtidos com os comprimentos dos lados reduzidos à projeção cartográfica, para garantir as precisões preconizadas, sendo as locações efetuadas com os comprimentos dos lados sem as deformações do plano da carta.

3.1.2 Altimetria - nivelamento geométrico (Ida e volta).

3.1.2.1 Os barrotes, piquetes e inflexões acentuadas do terreno serão niveladas e contra-nivelados geometricamente, com nível de precisão de $\pm 1,50\text{mm/km}$, sendo amarrados conforme o item 2.1.

3.1.2.2 As visadas estão limitadas a 100m, com observação de três fios estadiométricos. Admite-se a discrepância entre a cota de nivelamento e a de contra-nivelamento de 5mm, devendo a média sofrer a compensação do erro de fechamento das RN's da rede básica.

3.1.2.3 Tolerância de fechamento de $\pm 12\text{mm}\sqrt{k}$, sendo k em quilômetros.

3.2 Seções transversais

Serão obrigatórias seções transversais apenas das redes de distribuição (ramal principal), sendo dispensadas no caso de adutoras.

3.2.1 A cada piquete implantado nas redes, corresponderá uma seção transversal, com extensão de 10m de encostas e 50m para cada lado do eixo principal. Os extremos destas deverão ser estaqueados com piquetes na cor azul e nas dimensões (2x2x20)cm, afluando do solo em 1cm.

3.2.2 A ortogonalidade das transversais deverá ser assegurada pelo uso de prisma hexagonal e/ou nível com limbo horizontal e as distâncias medidas a trena e/ou régua.



3.2.3 O nivelamento deverá ser geométrico, cotando ponto a 20m, além dos piquetes dos extremos e todos os pontos característicos de mudança de declividade.

4 ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E RESERVATÓRIOS

As áreas de até 1ha, para cada estrutura a ser construída, qualificada no projeto básico de engenharia, deverão ser obtidas levantadas através de malhas de pontos eqüidistantes de 10m amarradas conforme o item 2.

4.1 Os teodolitos de precisão de leitura direta de 20"(vinte segundos de arco) serão utilizados para a medição angular e trenas de aço ou fiberglass, para as lineares.

4.2 A dimensão da área a ser levantada, caso extrapole o valor anterior, dependerá de aprovação da Fiscalização da Codevasf, caso a caso.

4.3 As áreas serão representadas em plantas de escala 1:500 ou maior e traçadas curvas de nível a cada 0,5m, resultante de nivelamento geométrico nos pontos da malha.

5 GRANDES ÁREAS

Consiste no levantamento, com o apoio da topografia, de áreas com finalidades de estudos de sistematização da distribuição, constando de:

- a) Amarração planialtimétrica;
- b) Execução de poligonal principal e poligonais secundárias;
- c) Execução de seções topográficas;
- d) Desenho cartográfico.

5.1 Amarração planialtimétrica

Deverá ser amarrado ao Sistema de Projeção e Datums planimétrico e altimétrico dispostos na área.

5.1.1 As determinações planimétricas e altimétricas deverão ser executadas de modo a atenderem a finalidade a que se destinam os serviços, admitindo-se as tolerâncias indicadas.

5.1.2 Admitir-se-á o emprego do método GPS (Global Positioning System) nas determinações planimétricas sem prejuízo das tolerâncias exigidas.

5.1.3 A monumentação na área dar-se-á por meio de barrotes de madeira de dimensões (10x10x50)cm, com pino de metal no seu centro, ficando aflorado do solo em 10cm, devendo ser implantado um outro, com distância mínima de 100m, nas mesmas dimensões, que servirá de orientação para a poligonal principal.

5.2 Poligonal principal

Desenvolver-se-á amarrada por meio dos pontos determinados no item anterior, no sentido longitudinal, com a colocação de barrotes de madeira a cada 1km, e piquetes, com tacha, de dimensões (2x2x15)cm, aflorados 2cm do solo, pintados nas cores vermelha e branca, e com número identificador, colocados a cada 50m.

5.2.1 Os ângulos poligonais deverão ser medidos por meio de teodolito de leitura direta de 1"(um segundo de arco) pelo método da direção de três séries e as distâncias com distanciômetros eletrônicos ou eletro-óticos de precisão $\pm(1,50\text{cm} + 5 \times 10^{-6} \times D)$ em três leituras.

5.2.2 O transporte de cotas deverá ser executado por nivelamento e contra-nivelamento geométrico, com a utilização de níveis de precisão $\pm 1,50\text{mm/km}$ e miras centimétricas aferidas, sendo cotado o solo de todos os barrotes e piquetes.



5.3 Poligonais secundárias

Desenvolver-se-ão a partir da poligonal principal, a cada 1km, com implantação de barrote de madeira, idênticos aos do item anterior, nos vértices, formando circuitos fechados que servirão de apoio às seções topográficas.

5.3.1 Os ângulos deverão ser medidos por meio de teodolito de leitura direta de 1" (um segundo de arco), pelo método das direções em três séries (CE e CD) e as distâncias por meio de três leituras em distanciômetros eletro-óticos com precisão de ± 2 cm.

5.3.2 A cada 50m deverão ser implantados piquetes, sendo determinadas suas coordenadas e cota, nos que se apoiarão às seções topográficas.

5.4 Seções topográficas

Amarradas nos piquetes implantados ao longo das poligonais secundárias e espaçadas em 50m, determinarão pontos cotados no terreno a cada 25m, conforme esquema anexo que poderão ser nivelados trigonometricamente se executadas com auxílio de distanciômetro eletro-ótico, e, se taqueométricas, o nivelamento geométrico determinará a cota dos pontos no terreno.

5.4.1. O levantamento de acidentes notáveis naturais, ondulações, depressões e murundus, ou artificiais, tais como cercas e construções diversas, será executado, concomitantemente com o das seções, por intermédio de irradiações, se necessários.

5.5 Desenho cartográfico

Deverá ser apresentado na escala de 1:2.500, em papel poliéster, tipo Cronaflex, ou similar, no formato A-1 da ABNT, sendo o relevo representado por meio de curvas de nível eqüidistantes de 0,50m e por pontos cotados, em terrenos planos, assim como nas elevações e depressões. Esses pontos cotados deverão sempre existir quando o afastamento das curvas de nível for superior a 1cm, na escala da planta. Deverá ser destacada a curva mestra a cada intervalo de 2,5m, e também apresentado:

- a) Reticulado a cada 100m;
- b) O título da Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, e seu logotipo;
- c) As escalas numérica e gráfica, o nome da empresa de execução, a data do levantamento;
- d) O quadro de articulação e código da folha;
- e) Valores das coordenadas planas nos quatro cantos da folha;
- f) Legenda dos acidentes e elementos levantados, representados nas folhas;
- g) Eqüidistâncias das curvas de nível de 0,5m.

5.6 Materiais a entregar

Deverão ser entregues os materiais a seguir discriminados:

- Cadernetas de medições e planilhas de cálculo;
- Monografia de todos os pontos monumentados;
- Desenhos cartográficos.

5.7 Tolerâncias

As tolerâncias a serem obedecidas, considerando-se o produto final em escala 1:2.500, deverão atender às condições dos subitens abaixo

5.7.1 Amarração ao sistema geodésico

- a) Planimetria
 - Por meio trigonométrico:



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- Angular: $10''\sqrt{n}$, sendo n o número de estações. Rejeição $>$ ou $= 5''$;
- Linear: 1:10.000;
- Por meio de GPS: de modo a satisfazer a necessidade de fechamento da poligonal principal.

b) Altimetria: $10\text{mm}\sqrt{k}$, sendo k a extensão nivelada, em quilômetros.

5.7.2 Poligonal principal

a) Planimetria:

- Angular: $15''\sqrt{n}$, sendo n o número de estações. Rejeição $>$ ou $= 5''$;
- Linear: 1:7.500.

b) Altimetria: $15\text{mm}\sqrt{k}$, sendo k a extensão nivelada, em quilômetros.

5.7.3 Poligonais secundárias

a) Planimetria:

- Angular: $30''\sqrt{n}$, sendo n o número de estações;
- Linear: 1:5.000.

b) Altimetria: $30\text{mm}\sqrt{k}$.

5.7.4 Seções topográficas

a) Planimetria

- Angular: $1'\sqrt{n}$, sendo n o número de estações;
- Linear: 1:1.000.

b) Altimetria: $5\text{cm}\sqrt{k}$, sendo k o comprimento da seção, em quilômetros.

6 PEQUENAS ÁREAS

Deverão ser levantadas por meio de malhas de pontos eqüidistantes de 10m, amarradas ao sistema de coordenadas da área conforme o item 2, desta Especificação.

6.1 Usar-se-ão, no levantamento da malha, teodolitos com precisão de leitura direta de $20''$ (vinte segundos de arco) ou maior, para a medição angular, e trenas de aço ou fiberglass para as lineares.

6.2 A altimetria deverá ser obtida por intermédio do nivelamento e contra-nivelamento geométrico, com a utilização de níveis de precisão de $\pm 1,5\text{mm/km}$ e miras centimétricas aferidas, sendo cotados todos os pontos da malha.

6.3 A área levantada deverá ser representada em planta na escala de 1:1.000 ou maior, e traçadas curvas de nível de eqüidistância de 0,5m ou maior.

7 REGISTRO DAS OBSERVAÇÕES

As observações deverão ser anotadas em cadernetas de folhas duplas, modelo Codevasf, com caneta esferográfica azul ou preta, e não devem conter rasuras. Depois de preenchida, cada folha será rubricada por Fiscal da Codevasf, que destacará a 1ª via e a remeterá ao Coordenador dos trabalhos, para verificação da qualidade dos serviços.

8 PLANO DE TRABALHO

Antes do início dos trabalhos topográficos, a CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação pela Codevasf, o Plano de Trabalho Específico (PTE) de topografia, contendo:



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- a) Data prevista para o início dos trabalhos;
- b) A equipe a ser mobilizada;
- c) O local do escritório de campo;
- d) Os equipamentos a serem utilizados, em cada tipo de serviço;
- e) A chefia dos trabalhos de campo;
- f) A metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento de cada tipo de serviço;
- g) A planta em escala de 1:25.000 ou 1:50.000 contendo os elementos definidos para implantação no terreno, especificando, quando for o caso, os ramais e adutoras, os prováveis marcos da rede básica dispostos na área, onde serão efetuadas as amarrações;
- h) Os quantitativos de cada tipo de serviço;
- i) A data prevista para o término dos serviços.

9 ABERTURA DE PICADAS

9.1 Todas as picadas referentes às adutoras, estações de bombeamento, áreas de jazida, canais, tubulações, aquedutos, áreas especiais, drenagens, eixos de barramentos e áreas de levantamentos complementares deverão ser executados com largura máxima de 2 metros.

9.2 As picadas para levantamentos das seções transversais serão executadas com retirada de galhos e de vegetação que não caracterize potencial comercial de produção volumétrica de material lenhoso.

9.3 Para a abertura de picada, o comunicado aos proprietários e moradores são de responsabilidade da contratada.

9.4 Nos trechos onde houver ocorrências de vegetação densa as picadas poderão ser realizadas com trator de modo a facilitar os serviços de geotecnia, desde que autorizado pelo órgão ambiental.

9.5 A recomposição das cercas, muros, reconstituição de mourões e outras benfeitorias destruídas em decorrência do acesso das equipes e equipamentos de campo é responsabilidade da empresa contratada.

10 CADASTROS

10.1 A presente especificação tem por objetivo apresentar orientações e diretrizes para a execução dos serviços cadastrais da malha fundiária da área e redes de abastecimento, para caracterização da área de interesse do projeto.

10.1.1 Os serviços a serem executados compreendem as informações cadastrais físicas, agrícolas, socioeconômica e jurídicas dos imóveis contidos na malha fundiária e da infraestrutura da área prevista, sendo compostos dos seguintes itens principais.

10.2 Cadastro na faixa de domínio (50m para cada lado a partir do eixo da linha da adutora)

10.2.1 Cadastro Físico

10.2.1.1 Consiste na identificação e levantamento dos limites dos imóveis de acordo com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rural do Incra – 3ª Edição. Além destes deverão ser levantados todos os elementos físicos de cada imóvel, ou sejam, as benfeitorias existentes na área de interesse.

10.2.1.2 A título de informação, relacionamos as que obrigatoriamente deverão ser levantadas em toda área de interesse do projeto, tais como: casas, ranchos, galpões, coberturas, poços, bombas, redes



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

(elétricas, telefônicas, de água potável, de esgoto e de águas pluviais), açudes, cercas, bueiros, pontes, mata-burros, estábulos, porteiras, campo de aviação, etc.

10.2.1.3 A descrição de cada benfeitoria deverá ser feita de modo detalhado, indicando tipos, áreas, altura de pé direito, capacidade de bombas, diâmetros de bueiros, canalizações de água, comprimentos das cercas e números de fios de arame e com espaçamento das estacas, etc.

10.2.1.4 Todas as benfeitorias deverão ser fotografadas, expondo-se placa identificadora nela.

10.2.2 Cadastro Agrícola

10.2.2.1 A utilização do solo para fins agrícolas deverá ser minuciosamente relacionada e indicada no desenho cadastral, especificando-se áreas de culturas rotativas, culturas permanentes, idade, espaçamento, condições gerais, pastagens, tipo de pasto, matas, capoeiras, varjões, etc.

10.2.3 Cadastro Jurídico.

10.2.3.1 Deverão ser obtidas as cópias da documentação pertinente aos proprietários, herdeiros e ocupantes, além de informações referentes a documentação da terra, tipo e tempo de ocupação.

10.2.4 Cadastro Socioeconômico

10.2.4.1 Consiste na quantificação e identificação das condições sociais e econômicas dos moradores da área inclusive descrição de dados referentes a qualidade de rebanho e produção agropecuária.

10.2.4.2 Deverá ser preenchida para cada propriedade uma ficha cadastral conforme modelo anexo. Situações não previstas na ficha cadastral deverão ser previamente aprovadas antes da modificação dos padrões propostos pela Codevasf.

10.2.5 Desenho Cadastral

10.2.5.1 Deverá ser fornecida planta geral dos imóveis, em escala 1:25.000, contendo os imóveis levantados, em forma digital, formatos DWG e SHP, e este segundo contendo o vínculo entre as informações cadastrais físicas, agrícolas e jurídicas, organizadas nos bancos de dados dos arquivos SHP.

10.2.5.2 Além dos formatos digitais deverá ser entregue uma via impressa, em escala adequada, contendo:

- a) Reticulado de acordo com a escala da planta;
- b) o título Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Codevasf e seu logotipo;
- c) as escalas numérica e gráfica, o nome da firma executante, a escala das fotos, a projeção da carta, as datas vertical e horizontal, a declinação magnética, o fator de deformação (K) e convergência meridiana do centro da folha; d) quadro de articulação da folha, com respectivo código;
- e) valores das coordenadas geográficas nos quatro cantos da folha, de acordo com as normas da cartografia nacional;
- f) em núcleos urbanos, se houver, deverão ser apresentados desenhos das quadras e ruas na escala 1:2.000.

10.2.6 Pastas Cadastrais



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

10.2.6.1 A cada imóvel corresponderá uma pasta entregue em formato digital que deverá conter:

- a) cópia do relatório de entrega do conteúdo das pastas;
- b) cópia da planta individual do imóvel da área atingida;
- c) cópia da Certidão do Título de Domínio;
- d) cópia do Memorial Descritivo do Imóvel e das benfeitorias, sendo que ao lado de cada uma delas deverá ser colada cópia de contato de sua fotografia;
- e) ficha Cadastral devidamente preenchida;
- f) folhas de cálculo de azimute e distância entre os vértices das divisas do imóvel e cálculo da área;
- g) relação de coordenadas utilizadas no cálculo da área; e
- h) cópia da planta geral da área, com identificação na mesma do imóvel a que se refere a pasta.

10.2.7 Materiais à Entregar.

10.2.7.1 Deverão ser entregues, os materiais a seguir discriminados, de acordo com os prazos estabelecidos no cronograma:

- a) desenho cadastral em escala 1:25.000 ou melhor representando todos elementos cadastrados;
- b) arquivos, em DVD-ROM, formato SHP e DWG, contendo todos os detalhes desenhados, obtidos de forma on-line de aparelhos fotogramétricos, por níveis de informações diversos relativo ao desenho cadastral (escala 1:25.000);
- c) código de uso de símbolos, caracteres, folhas e traços, atendendo o modelo básico a ser fornecido pela Codevasf;
- d) pastas cadastrais digitais; e relatório final dos trabalhos executados, contendo inclusive informações que possibilitem o manuseio dos arquivos magnéticos.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOTÉCNICOS

1 OBJETIVO

1.1 Estabelecer normas e critérios para a execução de estudos geotécnicos segundo as normas da ABNT e ABGE.

1.2 As especificações são gerais e aplicam-se somente aos itens pagos a preços unitários, referentes aos serviços de geotecnia

2 ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOTÉCNICOS

O objetivo dos estudos geológicos e geotécnicos nessas áreas é proceder o levantamento de dados, por meio de inspeções técnicas, sondagens e ensaios, de modo a definir as características geológicas dessas áreas, de maneira a permitir a definição do arranjo geral das obras civis objeto do projeto executivo de engenharia, além da verificação das áreas de empréstimo.

2.1 Os trabalhos devem ser iniciados por análise criteriosa dos serviços geotécnicos realizados e, em seguida apresentar uma programação de investigação complementar, onde couber, submetido à aprovação da Codevasf, por meio de inspeções técnicas, sondagens e ensaios, com a finalidade de definir características geológicas das áreas críticas.

2.2 O relatório final do estudo deverá abranger elementos necessários à execução das obras previstas no projeto executivo de engenharia, contendo ainda:

- a) Perfis geotécnicos do subsolo nos locais de implantação de adutoras, recalques, ramais e obras civis, com registros de sondagens, ensaios executados e caracterização da ocorrência de materiais de 1ª, 2ª e 3ª categorias;
- b) Boletins de sondagens e ensaios de campo;

3 ESTUDOS DE INTERFERÊNCIAS

Os estudos de interferência deverão ser elaborados em conformidade com o levantamento planialtimétrico, coletando os pontos no terreno para a definição de relevo, edificações, cercas limites, redes de drenagem pluvial, tubulações de gás, redes de água e esgotamento sanitário, bueiros, pontes viadutos, redes elétricas subterrâneas, redes de telefonia, cabeamentos etc.

Os mencionados estudos, tem por finalidade detectar interferências que influenciem diretamente na execução das obras.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ESTUDOS AMBIENTAIS NAS ÁREAS DE IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1 OBJETIVO

Estabelecer normas e critérios para a proteção ambiental a serem consideradas no desenvolvimento do projeto executivo de engenharia de que trata este Termo de Referência.

1.1 Apresentar os objetivos e as diretrizes básicas concernentes ao tipo de atividade pretendida com o presente Estudo Ambiental.

1.2 Dados do Empreendedor e da Equipe Técnica

- a) Nome ou razão social;
- b) História do grupo empreendedor
- c) Inscrição Estadual, CTF e CNPJ;
- d) Endereço completo e telefone;
- e) Representantes legais: nome, CPF, endereço, telefone e e-mail;
- f) Pessoa de contato: nome, CPF, endereço, telefone e e-mail;

1.2.1 Identificação da Empresa Elaboradora dos Estudos

- a) Nome ou razão social;
- b) Inscrição Estadual, CTF e CNPJ;
- c) Endereço completo e telefone;
- d) Representantes legais: nome, CPF, endereço, telefone e e-mail;
- e) Equipe Técnica multidisciplinar: nome, endereço, telefone e e-mail e número no Cadastro Técnico Federal; e
- f) Apresentar também as organizações contatadas que contribuiram com o trabalho.

Estas especificações aplicam-se aos itens pertinentes, referentes aos serviços pagos a preços global e unitários relacionados nos formulários PFIN

2 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1 As legislações federal e estadual pertinentes ao assunto deverão ser analisadas, particularmente aos referentes sistemas de produção de água, bem como as de proteção dos recursos ambientais e de saúde humana.

2.2 A legislação ambiental e de água para o consumo humano deverá ser relacionada e o seu conteúdo discutido em confronto com as características do empreendimento, de modo a ser evidenciado todo o aspecto legal.

2.3 Considerar as leis, regulamentos e resoluções relacionadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação e à Política Nacional de Recursos Hídricos



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

3 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

3.1 Identificar o empreendimento (localização e extensão), a licença ambiental pretendida e previsão de investimento total.

3.2 Apresentar os objetivos ambientais e sociais do projeto, o período de alcance temporal, a área e a população atendida em todas as suas fases, indicando os benefícios em relação à situação atual do abastecimento de água e às condições de saúde da população atingida, bem como sua compatibilização com demais planos, programas e projetos setoriais públicos ou privados previstos ou em implantação na área de influência do empreendimento, em especial os projetos de canalização (abastecimento de água, esgotos e drenagem pluvial).

3.3 Consulta bibliográfica que seja relevante ao estudo, tais como: cartas, fotos aéreas disponíveis, imagens de satélite públicas, publicações e etc.

3.4 Inventário fotográfico, resultado de vistoria ambiental criteriosa. São importantes a documentar e caracterizar na área de influência do empreendimento os aspectos físicos, bióticos, antrópicos, objetivando um conhecimento da região antes da implantação do empreendimento, servindo de referência para avaliação dos impactos ambientais advindos das obras, da operação do SAA e dos passivos ambientais.

3.5 Elaboração de um mapa de uso da terra em escala apropriada 1:5000, identificando tipos de usos atuais e que seja base para um diagnóstico ambiental sucinto, além de auxiliar na identificação das condicionantes básicas futuras, restrições, etc.

3.6 Determinação e caracterização das áreas de influência direta e indireta, ilustrada por esquema linear dos eventuais impactos, em escala apropriada.

3.7 Prognóstico ambiental e possíveis medidas para evitar, mitigar e/ou compensar impactos.

3.8 Planta de localização e situação georreferenciada do empreendimento, com indicação de seu traçado, em escala de no mínimo 1:25.000 ou como melhor convir para que a análise possa ser realizada com a minúcia necessária, indicando no mapa: a topografia geral da área, as bacias hidrográficas, os limites municipais, áreas urbanas, as vias de acesso, existentes; situação em relação às Unidades de Conservação e seu entorno e também o seu posicionamento frente à divisão político-administrativa, a marcos geográficos e a outros pontos de referência relevantes.

3.9 Análise de Risco

3.9.1 A Análise de Risco deverá apresentar e analisar o histórico de acidentes de empreendimentos similares, nas fases de implantação e operação, realizando um diagnóstico dos componentes e sistemas presentes e previstos no complexo associado ao SAA, as situações potenciais de acidentes e emergências que possam acarretar danos ao meio ambiente e áreas de entorno, propondo medidas ou procedimentos a serem adotados para implantação e operação do empreendimento.

4 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

4.1 Diretrizes

4.1.1 Descrever e analisar os fatores físicos, bióticos e antrópicos e suas interações, de modo a caracterizar a qualidade ambiental da área de influência.

4.1.2 Os estudos, cujas metodologias demandarem levantamentos e amostragens em campo, bem como manuseio e/ou coleta de material biológico, deverão atender às normas específicas e estarão sujeitos à prévia análise e autorização do IBAMA

4.1.3 Todos os itens do diagnóstico deverão ser apresentados obedecendo à seguinte sequência:



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

a) Apresentação da abordagem metodológica seguida para a caracterização do item, incluindo a coleta de dados primários. Sempre que forem feitos levantamentos de dados primários em campo a localização destes deve ser indicada em mapas georreferenciados e relacionadas às respectivas áreas de influência do estudo;

b) Revisão de dados secundários atinentes ao tema que está sendo caracterizado, apresentando referências bibliográficas organizadas segundo os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); e

c) Apresentação dos resultados obtidos (análise dos dados primários e secundários), através de discussão técnica sobre os resultados destes dados;

4.1.4 Apresentação de ilustrações no texto (figuras, cartogramas, fotos, quadros, gráficos, etc.) e anexos, incluindo mapas, laudos de análise, tabelas de dados brutos, registros fotográficos complementares e outras fontes de dados e informações.

5 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

5.1 Avaliação de Impactos.

5.1.1 Deverão ser identificadas e avaliadas sistematicamente as ações impactantes, e em seguida descritos, interpretados e valorados, os impactos ambientais potenciais, nos meios físico, biótico e socioeconômico, relativos às fases de projeto, implantação e operação do empreendimento, identificando-se as medidas, equipamentos e procedimentos a serem implementados para evitar ou reduzir os efeitos adversos do empreendimento, bem como aquelas que poderão valorizar os seus efeitos benéficos.

5.1.2 Deverá ser estimado o alcance espacial e temporal dos impactos e quantificada a extensão e/ou intensidade dos mesmos, informando-se a fonte dos dados disponíveis e as incertezas associadas às previsões.

5.1.3 A avaliação dos impactos deverá considerar as possíveis interferências do projeto com outros da mesma natureza dentro da sua bacia hidrográfica, avaliando-se os impactos cumulativos resultantes dos mesmos. Os métodos, técnicas e critérios adotados para avaliação dos impactos ambientais deverão contemplar:

- a) A identificação e análise integrada dos impactos;
- b) A classificação dos impactos;
- c) Ponderação dos impactos (por etapa do empreendimento, por meio afetado e a ponderação final) com e sem as medidas mitigadoras e maximizadoras;
- d) Medidas compensatórias para os impactos não mitigáveis;
- e) A análise de impactos deverá contemplar os impactos individualmente e suas interações, considerando suas propriedades acumulativas e sinérgicas.

5.1.4 Fase de Projeto - Corresponde aos impactos originários da concepção e desenho do empreendimento, tendo em vista a melhor projeção e dimensionamento do projeto proposto com vistas a uma maior sustentabilidade e minimização de impactos. Nesta fase as expectativas terão foco na geração de empregos, na especulação fundiária e imobiliária.

5.1.5 Fase de Implantação

5.1.5.1 Meio Físico

- a) Solo - Na avaliação destes impactos deverão ser considerados:



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

1. As áreas em hectares afetadas pela terraplanagem, escavações para os canais, de vias de acesso e circulação no empreendimento;
2. Os volumes em metros cúbicos movimentados pelas obras de terraplenagem e escavações;
3. A instabilidade de taludes, encostas e terrenos em geral nas novas formas de relevo geradas pelo empreendimento;
4. Compactação e impermeabilização do solo;
5. Erosão e lixiviação;
6. Diminuição da cobertura vegetal do solo;
7. Alteração das qualidades físicas, químicas e microbiológicas;
8. Carreamento de óleos, combustíveis no solo; e
9. Poluição: poeiras, resíduos sólidos e efluentes líquidos.

b) Atmosfera - Para emissão de gases e particulados gerados pelo empreendimento, avaliar:

1. O potencial de poluição proveniente da combustão dos óleos e gases emanados dos veículos e máquinas. Os principais poluentes gasosos são CO, HC, NOx e SOx; e
2. A emissão e re-suspensão de particulados.

c) Poluição sonora

1. O potencial de poluição sonora deverá ser avaliado com relação aos efeitos sobre os trabalhadores e assentamentos urbanos mais próximos;
2. Deverão ser descritas as técnicas empregadas para eliminar ou reduzir os níveis de ruídos; e
3. Deverão ser consideradas como entre as principais fontes de ruído:
 - 3.1. a construção do empreendimento; e
 - 3.2. máquinas, veículos e equipamentos.

d) Recursos Hídricos - Caracterizar os impactos causados no meio hídrico, considerando-se:

1. Alterações da qualidade e quantidade das águas superficiais e subterrâneas;
2. Subsídências e recalques de terrenos provocados por alterações ambientais tais como: modificação no padrão de drenagem, cargas criadas por aterros, etc.;
3. Modificações nas condições naturais de drenagem, resultando em alterações do lençol freático, concentração de fluxos;
4. Geração de áreas alagadiças, bem como criação de condição para proliferação de vetores de doenças;
5. Modificações que poderão ocorrer nos corpos d'água incluindo problemas de renovação, circulação, redução / disposição do volume de sedimentos;
6. Consumo de água;
7. Lançamento de efluentes;
8. Aterramento de lagoas, nascentes e cursos d'água;
9. Ação das Águas Pluviais;
10. Afetação de processos geomorfológico/geológicos ativos tais como transporte eólico, deflação, deposição, infiltração de águas pluviais;
11. Alterações de caráter temporário ou permanente no uso do solo; e
12. Intensificação dos processos erosivos

5.1.5.2 Meio Biótico

- a) Captura de animais silvestres;
- b) Alteração ou supressão da vegetação existente, com ênfase para espécies endêmicas e ameaçadas de extinção;



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- c) Mudanças nos habitats e hábitos da fauna;
- d) Afetação da produtividade pesqueira;
- e) Afetação de áreas de refúgio, dessedentação, reprodução e deslocamento da fauna aquática e terrestre, incluindo espécies migratórias;
- f) Alterações na diversidade e composição da fauna aquática e terrestre, com destaque para as espécies protegidas por lei;
- g) Fragmentação de florestas e interferência em corredores ecológicos;
- h) Alteração ou supressão da vegetação existente; e
- i) Caça ilegal ou predatória por trabalhadores do projeto.

5.1.5.3 Meio Socioeconômico

- a) Mudança na vida diária da população residente próxima da obra, considerando aspectos sociais, culturais e psicológicas das populações a serem afetadas diretamente com o empreendimento;
- b) Exposição da população aos riscos e danos ambientais;
- c) Exposição da população a acidentes devido ao transporte;
- d) Alterações na estrutura social e econômica local em função da população flutuante a ser empregada como mão de obra no empreendimento;
- e) Alterações na estrutura social em decorrência de desmobilização com a conclusão da obra;
- f) Perdas de áreas de uso tradicional, como extrativismo, áreas de pesca, com consequente perda de renda ou formas de subsistência;
- g) Aumento na demanda de bens e serviços com consequente elevação dos preços;
- h) Aumento no tráfego de veículos;
- i) Mudanças no quadro de saúde com a incidência de novas doenças;
- j) Interferência na infraestrutura viária, linhas de transmissão e outras;
- k) Interferências no meio urbano – fluxos de pessoas e alteração do uso do solo, entre outros;
- l) Interferência sobre possíveis sítios com importância histórica, cultural, arqueológica, espeleológica, arquitetônica, urbanística, paisagística e de lazer, existentes nas áreas de influência;
- m) Interferências nas áreas protegidas por lei como: reserva legal, área de preservação permanente e categorias de unidades de conservação;
- n) Geração de empregos;
- o) Aumento demográfico das localidades vizinhas;
- p) Aumento da arrecadação municipal em decorrência das obras;
- q) Expectativa da população quanto à alteração nos seus projetos de vida;



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- r) Desapropriação e relocação de famílias e atividades;
- s) Reassentamento Involuntário;
- t) Interferência nas comunidades vizinha ao empreendimento;
- u) Impactos fundiários, alteração do uso e ocupação do solo;
- v) Perda da biodiversidade local;
- w) Interferência das obras com o trânsito nas estradas existentes e com atividades que se desenvolvem nas proximidades canal; e
- x) Impactos da instalação do sistema adutor e das atividades no canteiro de obras, sobre as comunidades vizinhas, em especial, quanto ao incômodo provocado por ruídos e disposição de resíduos.

5.1.6 Fase de Operação - Corresponde ao período de funcionamento das diversas unidades de funcionamento do empreendimento, a partir do fluxo hídrico nos canais e adutoras.

5.1.6.1 Meio Físico

- a) Processos de contaminação do Solo;
- b) Emissões atmosféricas e emissão de particulados por circulação de veículos e outras atividades operatórias;
- c) Geração de ruídos;
- d) Alteração na qualidade de recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
- e) Quantidade de água disponível para os diversos usos (doméstico, industrial, agrícola) e sua distribuição espacial;
- f) Alteração no volume das águas produzidas no trecho de jusante; e
- g) Impactos no comportamento hidráulico do (s) corpo (s) d'água afetado (s).

5.1.6.2 Meio Biótico

- a) Captura e afetação da fauna, com a facilitação ao tráfico ilegal de animais silvestres;
- b) Interrupção de rotas de migração de animais;
- c) Afetação de áreas de vegetação;
- d) Alterações sobre aspectos qualitativos e quantitativos da biota aquática, em função do lançamento de efluentes, processos erosivos e de assoreamento;
- e) Mudanças nos habitats e hábitos da fauna; e
- f) Intensificação da pressão de caça ilegal ou predatória.

5.1.6.3 Meio Socioeconômico

- a) Riscos e danos à saúde e qualidade de vida da população por meio de veiculação de poluição hídrica;



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

- b) Conflitos de uso da água considerando os já existentes e aqueles que poderão surgir em decorrência das novas demandas a serem viabilizadas para a disposição do empreendimento;
- c) Aprofundamento dos conflitos fundiários;
- d) Alteração nas estruturas social, econômica, cultural, nas relações de vizinhança e práticas cotidianas;
- e) Demanda de infraestrutura e novos equipamentos;
- f) Alteração de ordem urbanística: Interferências nos fluxos, integração urbana, alteração do uso do solo, entre outros;
- g) Alteração das formas culturais locais relacionadas ao ambiente natural;
- h) Alterações sobre atividades tradicionais da população da área de influência direta;
- i) Alterações sobre atividades dos setores econômicos primário, secundário e terciário;
- j) Aumento da arrecadação de impostos;
- k) Aumento dos empregos associados;
- l) Aumento do fluxo de veículos no sistema viário de acesso;
- m) Potenciais danos à saúde provocados por emissão de gases, ruídos;
- n) Potenciais danos à saúde gerada por más condições sanitárias, a exemplo: existência de pombos, urubus, ratos, mosquitos e insetos para a transmissão de doenças aos usuários, funcionários e população do entorno;
- o) Possibilidade de disseminação de epidemias vindas de outras regiões; e
- p) Perda do emprego da população nas regiões desapropriadas e dos trabalhadores ao término das obras.

5.2 Prognóstico Ambiental.

5.2.1 O prognóstico ambiental (meios físico, biótico e socioeconômico) deverá ser elaborado considerando-se as alternativas de execução e de não execução do empreendimento, sendo esta última baseada na identificação e avaliação dos impactos ambientais. Este prognóstico deverá considerar, também, a proposição e a existência de outros empreendimentos inventariados nas sub-bacias hidrográficas de localização, contemplando os efeitos sinérgicos entre o empreendimento proposto ou que já operam nas respectivas sub-bacias hidrográficas.

5.2.2 A partir da análise integrada, principalmente do diagnóstico da qualidade ambiental, deverão ser elaborados quadros prospectivos, tendências para a região, considerando um horizonte temporal com o empreendimento e outro considerando a sua não-implantação. Comparar esses dois quadros prospectivos entre si e também com um quadro de diagnóstico de qualidade ambiental atual.

5.2.3 Na elaboração do quadro prospectivo e tendências, deverão ser considerados os dados disponíveis de intervenções, monitoramento e impactos do empreendimento.

5.2.4 Apresentar um quadro regional, contemplando a possibilidade da não implantação do empreendimento. Portanto, o prognóstico deverá apresentar cenários futuros, considerando:

- a) Sem empreendimento:



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

1. Vantagens; e

2. Desvantagens.

b) Com o empreendimento:

1. Vantagens; e

2. Desvantagens.

5.2.5 Conclusões e considerações a partir dos dados levantados, contextualizando o empreendimento, relacionando os diagnósticos e prognósticos efetuados com os programas de mitigação propostos.

5.2.6 Apresentar ainda a análise integrada dos meios diagnosticados, identificando e classificando subáreas de influência do empreendimento, de acordo com suas vulnerabilidades ambientais. A apresentação deverá ser em mapa georreferenciado contemplando a delimitação dessas subáreas.

5.3 Medidas de Controle, Mitigação e Compensação dos Impactos Ambientais Previstos 5.3.1 Com base na avaliação de impacto ambiental procedida e no prognóstico ambiental realizado, deverão ser identificadas as medidas de controle e os programas ambientais que possam minimizar, compensar e, eventualmente, eliminar os impactos negativos da implementação do empreendimento, bem como as medidas que possam maximizar os impactos benéficos do projeto.

5.3.2 Essas medidas deverão ser implantadas visando tanto a recuperação quanto a conservação do meio ambiente, bem como o maior aproveitamento das novas condições a serem criadas pelo empreendimento, devendo ser consubstanciadas em programas.

5.3.3 As medidas mitigadoras e compensatórias deverão ser consideradas quanto:

a) ao componente ambiental afetado;

b) a fase do empreendimento em que deverão ser implementadas;

c) ao caráter preventivo ou corretivo de sua eficácia; e

d) ao agente executor, com definição de responsabilidades.

5.4 Referências.

Apresentar as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração dos estudos.

6 OBSERVAÇÃO FINAL

As presentes recomendações são passíveis de alterações em decorrência de alterações na legislação ambiental brasileira, e não substituem ou complementam qualquer outra exigência porventura existente ou que venha a existir nas licenças ambientais específicas para os serviços, concedidas pelos órgãos ambientais em todos os níveis da administração pública.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo V - Modelo de Proposta de Preços

MODELOS DE PLANILHAS DE PREÇOS (PROPOSTA DE PREÇOS) E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo VI - Relação de Eventos para Pagamentos

RELAÇÃO DE EVENTOS PARA EFEITO DE FATURAMENTO: ADAPTAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA ADUTOR DE MARCOLÂNDIA-PI E DISTRITO DE SERRÂNIA (ARARIPINA-PE):

E 1 DIAGNÓSTICO E ESTUDOS DE ALTERNATIVAS (VDEA = 25% x VTC)

- E-1.1 Estudos Preliminares (= 15% de VDEA)
- E-1.2 Estudos de Diagnóstico (= 35% de VDEA)
- E-1.3 Estudos Populacionais e de Demanda Hídrica (= 25% de VDEA)
- E-1.4 Relatório Final do Diagnóstico e Estudo de Alternativas (= 25% de VDEA)

E 2 PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA (VPEE = 75% x VTC)

- E-2.1 Projetos Técnicos: hidromecânicos (= 20% de VPEE)
- E-2.2 Projetos Técnicos: complementares (= 15% de VPEE)
- E-2.3 Memoriais de cálculo (= 10% de VPEE)
- E-2.4 Memorial Descritivo e Especificações Técnicas (= 10% de VPEE)
- E-2.5 Orçamentos (= 20% de VPEE)
- E-2.6 Estudos ambientais (= 15% de VPEE)
- E-2.7 Relatório final do projeto executivo de engenharia (= 10% de VPEE)

VTC - Valor Total do Contrato

VDEA - Valor do Diagnóstico e Estudos de Alternativas

VPEE - Valor do Projeto Executivo de Engenharia

OBSERVAÇÕES

A seu critério, a contratada poderá ampliar a relação de eventos/produtos por meio de desmembramento de cada um dos itens em dois ou mais outros, caso isso seja necessário, possível e aprovado pela fiscalização.



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo VII - Estrutura Final do Relatório Diagnóstico e Estudo de Alternativas

DEVE SER ABORDADO CONSIDERANDO O SEGUINTE ROTEIRO:

CAPA
FOLHA DE ROSTO
ERRATAS
LISTA DE TABELAS E QUADROS
LISTA DOS DESENHOS/FIGURAS/ILUSTRAÇÕES
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS
LISTA DE SÍMBOLOS
SUMÁRIO
APRESENTAÇÃO
 1. ESTUDOS PRELIMINARES
 2. ESTUDOS DE DIAGNÓSTICO
 3. ESTUDOS POPULACIONAIS E DE DEMANDA HÍDRICA
 4. RELATÓRIO FINAL DO DIAGNÓSTICO E ESTUDOS DE ALTERNATIVAS
REFERÊNCIAS
APÊNDICES
ANEXOS



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo VIII - Estrutura do Relatório Final Projeto Executivo de Engenharia

- VOLUME 1 – RELATÓRIO DO PROJETO
 - TOMO 1 – TEXTO DESCRITIVO/APRESENTAÇÃO
 - TOMO 2 – RESUMO – FICHA TÉCNICA
- VOLUME 2 – PROJETOS TÉCNICOS CONSOLIDADOS, DESENHOS E DETALHAMENTOS (PRANCHAS)
- VOLUME 3 – MEMORIAIS
 - TOMO 1 – MEMORIAIS DE CÁLCULO DE DIMENSIONAMENTO
 - TOMO 2 – MEMORIAL DESCRITIVO e ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
 - Materiais e Equipamentos
 - Obras e Serviços
- VOLUME 4 – ORÇAMENTO
 - TOMO 1 – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS
 - TOMO 2 – CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS
 - TOMO 3 – MEMORIAL DE QUANTITATIVOS
 - TOMO 4 – COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS
 - TOMO 5 – TAXAS DE BDI e ENCARGOS SOCIAIS
 - TOMO 6 – PESQUISA DE PREÇOS
 - TOMO 7 – ÍNDICES SETORIAIS DE REAJUSTAMENTO
- VOLUME 5 – ESTUDOS AMBIENTAIS
- VOLUME 6 – ANEXOS
 - OUTROS ESTUDOS, CASO NECESSÁRIOS
- VOLUME 7 – SÍNTESE DO PROJETO EXECUTIVO



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo IX - Matriz de Riscos

MATRIZ DE RISCOS
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)